



**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

**MARTA ALVES DE ALMEIDA**

**O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO BAIRRO DA PITUBA,  
NA CIDADE DO SALVADOR-BA**

Salvador  
2018

**MARTA ALVES DE ALMEIDA**

**O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO BAIRRO DA PITUBA,  
NA CIDADE DO SALVADOR-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Licks Almeida Silva.

Salvador  
2018

## FICHA CATALOGRÁFICA

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador,  
Laureate International Universities).

Almeida, Marta Alves de

O processo de produção do espaço urbano do bairro da Pituba, na cidade do Salvador-Ba. / Marta Alves de Almeida. – Salvador: Unifacs 2018.

93 f.: il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ana Licks Almeida Silva.

1. Urbanização – Salvador (Ba). 2. Espaço urbano – Salvador (Ba). 3. Transformações espaciais – Salvador (Ba). I. Silva, Ana Licks Almeida, orient. II. Título.

CDD: 711.4098142

MARTA ALVES DE ALMEIDA

O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO BAIRRO DA PITUBA, NA  
CIDADE DO SALVADOR-BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano  
Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em  
Desenvolvimento Regional e Urbano do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento  
Regional e Urbano (PPDRU) da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International  
Universities, pela seguinte banca examinadora:

Ana Licks Almeida Silva - Orientadora \_\_\_\_\_  
Doutora em Saúde pela Universidade Federal da Bahia - UFBA  
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Regina Celeste de Almeida Souza \_\_\_\_\_  
Doutorado em Geografia, Ph.D. pelo Centre d'Etudes Techniques de l'Equipement  
de Lyon, CETE, França  
UNIFACS

Renato Barbosa Reis \_\_\_\_\_  
Doutor em Ciências pelo Instituto Gonçalo Moniz da Fundação Osvaldo Cruz – IGM  
UNIFACS Laureate Internacional Universities

Denise Magalhães \_\_\_\_\_  
Doutora em Geografia pela Universidade Federal da Bahia - UFBA  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Salvador, 4 de maio 2018.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus por ter permitido que mais uma etapa da minha vida fosse concluída e por ter permeado o meu caminho com pessoas maravilhosas das quais, tentarei de forma simples e carinhosa, demonstrar os meus agradecimentos. Agradecer é muito pouco, pois na verdade sabemos que andar sozinho é impossível, portanto, aproveito esta página para expressar reconhecimento a todos pela valiosa contribuição na elaboração dessa pesquisa. Agradeço a minha família e em especial ao meu marido Joel, a meu filho Joel Presciliano, a todos os professores do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS, em especial a minha orientadora Professora Ana Licks e a Professora Regina Celeste que acompanharam todo processo de construção dessa dissertação, ao professor Renato Reis e a professora Denise Magalhães que aceitaram com muito carinho participar da banca de Defesa, aos meus colegas do Mestrado em especial a Priscila Soares, e tantas outras pessoas que colaboraram direta ou indiretamente para a conclusão dessa Dissertação de Mestrado.

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo principal investigar e analisar o processo de produção do espaço urbano do bairro da Pituba na cidade do Salvador-BA. Para tanto, buscou-se o apoio teórico-conceitual de autores que trataram o espaço e a sua produção, com uma pesquisa de base qualitativa, com auxílio do método histórico, além da utilização de diversas técnicas para coleta de dados. Através da investigação da origem histórica da implantação do bairro foram apresentadas as principais transformações espaciais onde verificou-se que este espaço se construiu, passando por um processo de modificações até chegar ao século XXI totalmente urbanizado, assim como a identificação dos principais agentes sociais: agentes fundiários, públicos e imobiliários que colaboraram para o desenvolvimento do bairro da Pituba.

**Palavras-chave:** Cidade do Salvador. Bairro da Pituba. Produção do espaço urbano.

## **ABSTRACT**

The present research had as main objective to investigate and analyze the process of production of the urban space of the Pituba district in Salvador-BA city. Therefore, the theoretical-conceptual support of authors are sought who deal with space and its production, with qualitative-based research, with the help of the historical method and the use of several techniques for data collection. Through the investigation of the historical origin of the implantation of the burgh, the main spacial transformations were presented it was verified that this space was constructed, going through a process of modifications until the 21st century urbanized, as well as the identification of the main social agents: agents landowners, public and real estate developers who collaborated in the development of the Pituba district.

**Key-words:** Salvador city. Pituba District. Production of the urban space.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do bairro da Pituba na cidade do Salvador .....	21
Figura 2 - Limites atuais do bairro da Pituba .....	30
Figura 3 - Diferentes escalas urbanas de uma cidade .....	31
Figura 4 - O município do Salvador .....	32
Figura 5 - Vetores de expansão da cidade do Salvador em 1970 .....	36
Figura 6 - Planta do arruamento de uma cidade nova na Pituba (Cidade da Luz) .....	44
Figura 7 - Antigas formas de habitações do bairro da Pituba: os “Bungalows” .....	48
Figura 8 - Dificuldades enfrentadas pelos moradores .....	50
Figura 9 - Delimitação do Loteamento Cidade da Luz .....	52
Figura 10 - Localização das praças do Loteamento Cidade da Luz .....	53
Figura 11 - Estátua de Flora .....	54
Figura 12 - Praças do loteamento Cidade da Luz .....	55
Figura 13 - Projetos arquitetônicos de Assis Reis .....	60
Figura 14 - Verticalização no bairro da Pituba.....	61
Figura 15 - Avenida Manoel Dias da Silva em 1968 e 2015.....	62
Figura 16 - Zoneamento da cidade do Salvador em 1944 .....	67
Figura 17 - Localização do Projeto Pituba na zona urbana de Salvador .....	71
Figura 18 - Localização do CIA e COPEC na Região Metropolitana de Salvador.....	75
Figura 19 - Evolução da ocupação do espaço do bairro da Pituba .....	80
Figura 20 - Transformações urbanas no bairro da Pituba (1).....	82
Figura 21 - Transformações urbanas no bairro da Pituba (2).....	84
Figura 22 - Ocupação Baixa Fria do Camurugibe, 2017 .....	85



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Rendimento dos responsáveis por domicílios - 2010.....	57
Tabela 2 - População residente por cor/raça-2010 .....	57
Tabela 3 - Perfil de longevidade entre residentes.....	58
Tabela 5 - Infraestrutura urbana na Pituba .....	58
Tabela 6 - Evolução da área loteada na zona da Pituba até a década de 1970 .....	72

## **QUADRO**

Quadro 1 - Loteamentos aprovados na Zona da Pituba até a década de 1970 .....	72
-------------------------------------------------------------------------------	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEMI	Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CIA	Complexo Industrial de Aratu
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
COPEC	Complexo Petroquímico de Camaçari
DESENBANCO	Banco de Desenvolvimento da Bahia
DESENBAHIA	Agência de Fomento do Estado da Bahia
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
EBCT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EPUCS	Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador
FGM	Fundação Gregório de Matos
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FMLF	Fundação Mário Leal Ferreira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LOUOS	Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo
OCEPLAN	Órgão Central de Planejamento da Prefeitura do Salvador
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PLANDURB	Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade do Salvador
PMS	Prefeitura Municipal de Salvador
UFBA	Universidade Federal da Bahia
SC	Setor Central
SI	Setor Industrial
SPC	Setor Portuário Comercial
SR	Setor Residencial
ST	Setor de Transição

STIEP	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Extração de Petróleo
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
VUP	Valor Unitário Padrão
ZCMu	Zona de Centralidade Municipal

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1 PROBLEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA.....	14
1.2 JUSTIFICATIVA.....	18
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA.....	19
1.4 RECORTE ESPACIAL E TEMPORAL DO ESTUDO .....	21
<b>2 BASE TEÓRICO CONCEITUAL DO ESPAÇO URBANO .....</b>	<b>23</b>
2.1 CATEGORIAS DE ANÁLISE DO ESPAÇO URBANO .....	24
2.2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO .....	26
2.3 BAIRRO: CONCEITOS E LIMITES .....	27
<b>3 CAMINHOS DA URBANIZAÇÃO EM DIREÇÃO AO BAIRRO DA PITUBA .....</b>	<b>32</b>
3.1 PANORAMA ECONÔMICO DA CIDADE DO SALVADOR, A PARTIR DO SÉCULO XIX.....	37
3.2 THEODORO SAMPAIO E O PROJETO PARA UMA CIDADE NOVA .....	40
3.3 ORIGENS HISTÓRICAS DO BAIRRO DA PITUBA .....	46
3.4 O LOTEAMENTO CIDADE DA LUZ .....	51
<b>4 O BAIRRO DA PITUBA .....</b>	<b>56</b>
4.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO.....	56
4.2 AS FUNÇÕES: RESIDENCIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS.....	59
4.3 AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PRODUÇÃO DO ESPAÇO .....	63
<b>4.3.1 Proprietários fundiários.....</b>	<b>63</b>
<b>4.3.2 Os agentes públicos e suas ações .....</b>	<b>66</b>
<b>4.3.3 Promotores Imobiliários .....</b>	<b>76</b>
<b>4.4 Excluídos sociais – ocupações populares no bairro da Pituba .....</b>	<b>81</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>90</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O espaço urbano é um produto das ações sociais desempenhadas por diversos agentes, que se acumularam no decorrer do tempo. Essas ações, em sua maioria, visavam o melhoramento e desenvolvimento de uma determinada área, que poderia ser um bairro, uma cidade ou qualquer espaço produzido socialmente. Salvador é a cidade brasileira mais antiga, cujo processo de ocupação inicial a dividiu em Cidade Baixa e Cidade Alta, e a partir desses dois níveis aconteceu uma série de transformações no espaço urbano desta cidade, entre os séculos XVI e XXI.

No início do século XX, em 1919, através das ações dos agentes fundiários Manoel Dias da Silva e Joventino Pereira da Silva, com a ajuda do engenheiro Theodoro Sampaio foi criado um relatório de planejamento visando dividir uma parte da Fazenda Pituba e transformar em um loteamento para atender a um público vindo das classes mais favorecidas. Esse loteamento teria os equipamentos, serviços e estruturas necessárias para uma melhor qualidade de vida de seus moradores.

O Loteamento Cidade da Luz que surgiu na década de 1920 deu início ao processo de produção do espaço urbano do bairro Pituba, que foi sendo ocupado por novos loteamentos no decorrer do tempo até chegar à configuração atual com diversos tipos de construções implantadas.

Para a o desenvolvimento da Dissertação, foram elaborados três capítulos, além da introdução, das considerações finais e das referências. Na introdução foram apresentados o problema e objetivos da pesquisa, a justificativa que determina a razão da elaboração desta pesquisa, os procedimentos metodológicos, e o recorte espacial e temporal do estudo, além da organização da dissertação, que funcionaram como base para o desenvolvimento da pesquisa.

O capítulo intitulado como **Base teórico conceitual do espaço urbano**, trouxe a abordagem teórico-conceitual que norteou esta pesquisa. Nele são apresentadas as categorias de análise do espaço urbano, alguns conceitos sobre produção do espaço e Bairro: conceitos e limites. No intuito de elaborar uma discussão coerente e analítica do tema proposto, tomaram-se por base as ideias e definições de autores como Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Ana Fani Alessandri Carlos, entre outros que colaboraram para a conclusão dessa etapa da pesquisa.

No capítulo 2, **Caminhos da urbanização em direção ao bairro da Pituba**, foram apresentados dados históricos relevantes sobre a cidade do Salvador destacando o processo de urbanização da cidade em direção à orla atlântica, com o resgate do panorama econômico dos séculos XIX e XX. Abordam-se também informações sobre Theodoro Sampaio e a sua

história, fazendo um resgate da sua trajetória intelectual e profissional. Apresentou-se a origem histórica do bairro da Pituba ao resgatar informações sobre os primeiros donos dessas terras e seu processo de transferência até chegar aos agentes fundiários Manoel Dias da Silva e Joventino Pereira da Silva. Finalizando com a apresentação do Loteamento Cidade da Luz e suas praças.

No último capítulo denominado **O bairro da Pituba**, foi apresentado o perfil socioeconômico da população do bairro, com relevância nos aspectos de renda, população residente por cor/raça, perfil de longevidade entre residentes, total de domicílios permanentes no bairro e infraestrutura urbana na Pituba com base nos dados obtidos no Censo IBGE 2010 e no Painel de Informações da CONDER 2016. Também foram apresentadas as funções desempenhadas no bairro, expondo suas diversas formas de ocupação, tanto residencial quanto comercial. Apresentaram-se os principais agentes responsáveis pelo processo de produção, organização e transformação do espaço urbano do bairro da Pituba, destacando as ações dos proprietários fundiários, dos agentes públicos, dos promotores imobiliários e dos excluídos sociais.

As considerações finais apontam os caminhos do processo de produção do espaço urbano do bairro da Pituba, salientando a ocupação inicial através da aprovação do Loteamento Cidade da Luz, além das contribuições dos agentes responsáveis pela sua formação e as referências que fizeram parte desta pesquisa e que sem elas esse trabalho não existiria.

## 1.1 PROBLEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA

À medida que as cidades foram crescendo no país, começaram a surgir graves problemas de ordens higienista, social e político, o que fez o Estado criar meios para regulamentar o uso do solo e intervir na estruturação das cidades através de projetos localizados e setoriais. No final do século XIX, surgiram tentativas de planejamento do espaço urbano através da criação de leis sanitárias direcionadas a melhoria das condições de vida nas cidades em decorrência do crescimento da população e da expansão do espaço urbano como acontecia com a cidade do Salvador neste período, que necessitava de melhorias em seu espaço urbano.

Muitas cidades brasileiras passaram por reformas como as realizadas pelo prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Pereira Passos, a partir de 1902, que cuidou da ampliação das ruas e criou estruturas de saneamento básico. Tais reformas foram baseadas nas experiências

sanitaristas que já estavam ocorrendo desde o fim do século XIX e início do século XX no mundo, como a experiência do Barão Georges Eugene Haussmann em Paris, que incluía as preocupações de higiene às reformas urbanas, que também serviria como referencia para a cidade do Salvador.

Para tanto foram propostos e realizados melhoramentos em Salvador, como a expansão da avenida Sete de Setembro através da demolição de edificações, saneamento e pavimentação de bairros como a Baixa dos Sapateiros, obras de ampliação do porto, além da destruição de vários monumentos históricos, como as Igrejas d'Ajuda e de São Pedro e inúmeros casarões coloniais com a intenção de alargar as ruas centrais da cidade.

A partir da década de 1930, a concepção de planejamento urbano brasileiro começou a ser influenciada por um conjunto de concepções e técnicas do Urbanismo Modernista preconizado por Le Corbusier e consolidados pela Carta de Atenas<sup>1</sup>, publicada em 1933.

Entretanto, no que diz respeito à cidade do Salvador, segundo Sampaio (1999, p. 163), “[...] a efetiva introdução do paradigma moderno só vai acontecer de fato a partir da criação do EPUCS, em 1943, quando os modelos espaciais para uma Cidade-ideal vista como totalidade, vão ser incorporados na prática e na teorização sobre a cidade-real”. Esse novo tipo de planejamento chamado de planejamento urbano modernista, prevalece à organização das cidades, a partir do controle do uso do solo e zoneamento com a criação de leis de regulamentação.

Então, os ideais do Urbanismo Moderno começaram a fazer parte de determinadas experiências do planejamento urbano brasileiro, apresentando abordagens e práticas semelhantes, como as praticadas pelos planos Agache na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1926 e 1930 e da experiência do plano elaborado por Francisco Prestes Maia para a cidade de São Paulo, em 1930, que entre outras coisas propôs um sistema articulado de vias radiais e perimetrais, o qual serviria também como referência para o desenvolvimento do plano diretor criado pelo (EPUCS), para a cidade do Salvador.

Salvador viveu a primeira Semana de Urbanismo em 1935, com diversas palestras, conferências e debates sobre a segurança pública, saneamento, tráfego urbano, além de diversas sugestões para o plano diretor da cidade. Nesta semana surgiram as primeiras propostas para a criação das avenidas de vale, sugestões para o levantamento da planta cadastral da cidade e a criação do Departamento de Urbanismo da Cidade de Salvador entre outras proposições.

---

<sup>1</sup> Reunião das conclusões e propostas básicas de um grupo de arquitetos e urbanistas progressistas que participaram do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM).



Salvador conseguiu concluir o seu primeiro Plano de Urbanismo entre os anos de 1943 e 1947, através do EPUCS, quando foram apresentadas propostas urbanísticas em que se discutiu o ordenamento urbano, a infraestrutura e os problemas referentes ao sistema viário da cidade. O plano estabelecia diretrizes para o planejamento urbano, no intuito de ordenar o crescimento da capital, ao criar e definir as vias de circulação para poder articular os espaços da cidade.

No entanto, todo esse processo de planejamento proposto pelo EPUCS para a cidade do Salvador não se concretizou completamente, pois efetivamente só foram incorporadas as propostas relativas ao controle e uso do solo com o zoneamento e a implantação das avenidas de vale, construídas entre as décadas de 1960 a 1970 e que ajudaram na fluidez do sistema viário.

Configurou-se na cidade do Salvador uma nova realidade com o processo crescente de urbanização, em consequência da industrialização que chegava ao estado da Bahia. Várias transformações ocorreram no espaço intraurbano da cidade do Salvador, entre elas, a população que passa de 417.235 habitantes na década de 1950 para 1.506.860 na década de 1980, o que representou um intenso aumento de quase quatro vezes a população existente na década de 1950.

A construção das avenidas de vale favoreceu a circulação de automóveis e de transporte urbano coletivo, contribuindo para intensificação do processo de verticalização com a construção de novos empreendimentos privados e públicos, em bairros como a Pituba.

Após o plano de urbanismo proposto pelo EPUCS na década de 1940, a cidade do Salvador passou por um período de aproximadamente trinta anos, sem contar com um processo formal de planejamento. Na década de 1970 é aprovado o Plano de Desenvolvimento Urbano (PLANDURB), com a função de organização do espaço urbano da cidade para os anos seguintes, através de várias ações como a criação de uma legislação urbanística específica, criação de Zonas homogêneas como a da Pituba, em 1976.

Na década de 1980, houve a aprovação de algumas leis que foram resultado do processo de planejamento iniciado pelo PLANDURB, como a Lei nº 3377/84 sobre Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (LOUOS), que apresenta a herança do Urbanismo Modernista com prática do zoneamento, e a Lei nº 3525/85 que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU).

Outros planos aprovados em de 2004 e 2007 foram elaborados com revisões e complementações ao plano de 1985, e em agosto de 2016 foi aprovado o novo PDDU da cidade do Salvador através da Lei nº 9069/2016, dando continuidade ao processo de

planejamento urbano. Entre as intervenções urbanas acontecidas na cidade do Salvador no início do século XX, e o processo de planejamento do espaço através das ações do EPUCS e o PLANDURB, surge no espaço urbano da cidade do Salvador o bairro da Pituba na década de 1920, contribuindo para o processo de ocupação da cidade.

A partir da segunda metade do século XX, com o intenso processo de expansão do espaço urbano da cidade do Salvador e a ocupação de novas áreas, o bairro da Pituba experimentou um crescimento populacional expressivo. A inauguração da avenida Otávio Mangabeira, na orla atlântica, facilitou a chegada até o local de moradores e visitantes e permitiu o acesso ao bairro de Itapuã, o que também influenciou no aumento da circulação das pessoas e dos veículos pelo bairro da Pituba.

Nos anos de 1970, o bairro começa a sentir o efeito da construção das avenidas Antônio Carlos Magalhães, Tancredo Neves e Magalhães Neto, que juntas abriram novas alternativas de acesso ao bairro e ao mesmo tempo colaboraram para uma melhor circulação de veículos. Essas avenidas também contribuíram para que o bairro, anteriormente afastado do centro antigo da cidade e com dificuldades de acesso, tivesse um sistema viário mais eficiente, adquirisse novas formas de ocupação do solo com a implantação de novos empreendimentos direcionados ao setor residencial, comercial e de serviços, a exemplo da inauguração do Shopping Center Iguatemi em 1970.

O surgimento do novo centro econômico do Camurugibe colaborou para a valorização do bairro da Pituba, pois passou a fazer parte dessa nova centralidade que apresentava muito espaço livre para ser ocupado. Nesta época, a área estava ocupada em sua maioria por imóveis residenciais unidomiciliares, primeiras formas de ocupação do bairro formado por construções de até dois pavimentos. Com a intensificação do processo de ocupação muitos desses imóveis foram substituídos e deram lugar aos diversos tipos de construções pluridomiciliares, principalmente quando o processo de verticalização começou a se intensificar no bairro.

Na atualidade, constituído por uma população de renda média a alta, confirmado através de dados sobre rendimento médio do Censo do IBGE/2010, inserido no tecido urbano da cidade do Salvador como uma área valorizada, com uma localização privilegiada na orla atlântica e atraindo o interesse do capital imobiliário, o bairro da Pituba também tem a seu favor uma das melhores e mais completa infraestrutura da cidade.

Com acesso ao saneamento básico, iluminação pública, diversos equipamentos de saúde e educação, com linhas de ônibus vindo de vários bairros da cidade, e da região metropolitana como Lauro de Freitas e Camaçari. O bairro da Pituba também possui um setor terciário bastante diversificado composto por grandes e pequenas empresas e com uma

variedade de produtos e serviços, e diversas opções de lazer como teatros, praças, praia, bares e restaurantes, além do Parque da Cidade e do Jardim dos Namorados, o que torna o bairro uma excelente opção para moradia e lazer.

A cidade do Salvador passou por um intenso processo de expansão do seu espaço urbano, no entanto, o bairro da Pituba desenvolveu uma importância no contexto social por sua localização no novo centro econômico da cidade e por oferecer terrenos e imóveis com infraestrutura e serviços.

Para entender o processo de formação do bairro e como se desenvolveu, é conveniente questionar: como se processou a produção do espaço urbano do bairro da Pituba na cidade do Salvador.

Para tanto, estabeleceu-se como objetivo geral, investigar e analisar o processo de produção do espaço urbano do bairro da Pituba na cidade do Salvador.

Como objetivos específicos buscou-se:

- a) investigar as origens históricas da implantação do bairro da Pituba;
- b) investigar as principais transformações espaciais ocorridas no bairro da Pituba;
- c) identificar os agentes e suas ações que contribuíram para a produção do espaço urbano do bairro da Pituba.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

O bairro da Pituba representa uma referência, pois é um dos poucos da cidade do Salvador que passou por um processo de planejamento do seu espaço urbano com base na produção do Relatório dos Estudos e Projeto para uma Cidade Nova (A Cidade da Luz). Atualmente é um dos bairros mais populosos da cidade ocupando o terceiro lugar, de acordo com dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010).

O bairro foi fundamental no processo de expansão da cidade em direção à orla atlântica. Em sua formação inicial foi beneficiado com ações promovidas por órgãos públicos por meio de seus representantes legais, como o que aconteceu em novembro de 1927, quando o governador do estado da Bahia, Góes Calmon, acompanhado de vários políticos deu início à construção da ‘estrada’ ligando Amaralina ao bairro da Pituba. “O Sr. Góes Calmon, governador do Estado, dirigiu-se de automóvel à Pituba onde se procedeu ao lançamento da primeira pá de terra, marcando, assim, o início dos trabalhos da estrada de rodagem que ali vai ter” (A TARDE, 1927).

No início da sua formação o bairro da Pituba exercia a função essencialmente residencial, pois era muito difícil encontrar algum tipo de comércio ou serviço no local, usado mais para veraneio. Posteriormente, começou a ser dotado de estabelecimentos direcionados ao comércio e serviços, inclusive financeiros dando suporte ao novo bairro. Uma série de etapas sucessivas e complementares realizadas pelo poder público e privado contribuiu para a sua ocupação e desenvolvimento.

Esta pesquisa torna-se relevante, sobretudo, por mostrar o processo de crescimento da cidade do Salvador através da ação planejada de implantação do bairro da Pituba, que assume importância fundamentalmente econômica, social e ambiental para a cidade. Assim como, pode transformar-se em uma referência as ações futuras que visem a expansão e/ou desenvolvimento de cidades, em seus aspectos de transformação espacial e ocupação do solo, dentro do processo de planejamento urbano.

Além disso, pode ser um importante relato da produção social do espaço urbano da cidade do Salvador, contribuindo para o entendimento das articulações entre os diferentes agentes que fazem parte desse processo, como o poder público, os agentes fundiários e imobiliários, os empreendedores, mostrando as diversas formas de ocupação do solo e as transformações espaciais acontecidas no bairro, a partir da sua implantação, em 1919, até os dias atuais.

### 1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA

Para prosseguir com esta dissertação foi necessário utilizar métodos e procedimentos metodológicos na investigação da pesquisa. Para tanto, foi adotada uma linha de pesquisa de base qualitativa que busca conhecer de forma mais profunda o objeto de estudo, identificando o que há de mais relevante para sua composição, procurando alcançar os objetivos propostos com auxílio do método histórico, além da utilização de diversas técnicas para coleta de dados.

Foi utilizado o método histórico, para orientar a pesquisa bibliográfica e documental, pois auxiliou na investigação das origens históricas, nas políticas públicas usadas no passado, nos primeiros planos de urbanismo para a cidade do Salvador, na busca de elementos sobre a os diferentes períodos do processo de produção do espaço urbano do bairro da Pituba, entre outras informações relevantes que contribuíram para a conclusão desta pesquisa. Sobre o método histórico, Lakatos (1981) diz que:

Assim, o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje,

pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. (LAKATOS, 1981, p. 32).

Com auxílio dos dados coletados ficou mais fácil entender a atual configuração espacial do bairro da Pituba, pois permitiu perceber a evolução desse espaço através da modificação de suas formas iniciais em relação as atuais. Pôde-se confrontar a função inicial do bairro da Pituba dentro do espaço urbano da cidade do Salvador com a do presente, verificar a evolução da infraestrutura, assim como as transformações na estrutura socioeconômica da população.

No primeiro momento foi realizada uma pesquisa bibliográfica baseada nos autores e nas obras que fazem parte desta pesquisa, além do uso de teses, revistas, jornais, dissertações, artigos relacionados ao tema da pesquisa e materiais disponibilizados na internet que foram de grande relevância para o seu desenvolvimento e que contribuíram para a composição de informações associadas direta ou indiretamente ao bairro da Pituba. Também foram utilizadas informações de pesquisas sobre o processo de expansão urbana da cidade do Salvador, e como ocorreu a ocupação e expansão do bairro da Pituba.

Para a pesquisa documental foi feita a coleta de dados em documentos oficiais de diversas instituições como: Prefeitura Municipal de Salvador (PMS); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF); no Instituto Geográfico Histórico da Bahia (IGHB); Fundação Gregório de Matos (FGM); Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), onde foram obtidas fotografias aéreas do bairro da Pituba das décadas de 1950, 1970, 1980, 1990 e 2017 com o objetivo de obter mais informações sobre o objeto de pesquisa. No Arquivo Público do Estado da Bahia foram encontrados documentos relativos às escrituras feitas pelos donos da Fazenda Pituba nas décadas de 1920 e 1940 relacionados à transferência de propriedade.

Foi realizada uma visita na ocupação Baixa Fria do Camurugibe, localizada na avenida Professor Magalhães Neto, no dia 22 de outubro de 2017. Essa visita buscou conhecer um pouco mais sobre a ocupação existente no bairro da Pituba desde a década de 1980, onde foi realizada uma conversa informal com uma moradora, que reside no local desde o início da ocupação.

A pesquisa também contou com o levantamento de informações através do trabalho de campo, onde prevaleceu à observação direta da área do bairro da Pituba, através de visitas constantes em diversos dias do ano de 2016 e 2017, com a finalidade de melhor

reconhecimento e levantamento de dados sobre o uso e ocupação do solo na atualidade, e registros fotográficos das construções existentes nas ruas do bairro.

#### 1.4 RECORTE ESPACIAL E TEMPORAL DO ESTUDO

Para esta pesquisa, estabeleceu-se como recorte espacial o bairro da Pituba localizado na cidade do Salvador, entre os bairros do Costa Azul, Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Extração de Petróleo (STIEP), Caminho das Árvores, Itaipara, Candéal, Santa Cruz, Nordeste de Amaralina, Amaralina e avenida Octávio Mangabeira que foi por onde se deu início a ocupação do bairro através do Loteamento Cidade da Luz. A delimitação utilizada para investigar o processo de produção do espaço urbano do bairro foi o trabalho “O Caminho das águas em Salvador: Bacias hidrográficas, bairros e fontes” de Santos, *et al.* (2010), através de uma ação conjunta promovida em colaboração com a Prefeitura Municipal de Salvador, o Governo do Estado da Bahia, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), o IBGE, entre outras instituições, e aprovado através da Lei nº 363/2017, pela Câmara Municipal de Salvador.

A partir do recorte espacial, que pode ser verificado nos mapas da figura 01 que apresenta a delimitação espacial do bairro da Pituba na cidade do Salvador, foram feitas análises na tentativa de compreender melhor a evolução desse espaço que atualmente faz parte da Prefeitura bairro VI (Barra/Pituba), nova divisão territorial instituída através da Lei nº 8376/2012 pela Prefeitura Municipal de Salvador.

Figura 1 - Localização do bairro da Pituba na cidade do Salvador



Fonte: [www.google.com.br/maps](http://www.google.com.br/maps) (2017); Santos *et al.* (2010).

O recorte temporal desta pesquisa foi dividido em dois períodos: o primeiro de 1919 a 1960 e o segundo de 1961 a 2017. Esse recorte se fez necessário, pois no primeiro período ocorreu a conclusão do relatório do projeto para uma Cidade Nova na Pituba elaborado pelo engenheiro Theodoro Sampaio, constituindo o primeiro loteamento na área ocupado através da venda de lotes da Fazenda Pituba, localizada em uma área distante do centro da cidade e que ainda não fazia parte do contexto urbano da cidade do Salvador. Até a década de 1950, a área ocupada do bairro da Pituba com habitações ainda era bastante reduzida limitando-se basicamente ao Loteamento Cidade da Luz, conforme a Lei nº 1038 de 1960 quando faz a delimitação dos bairros da cidade.

O segundo período foi marcado por transformações urbanas na cidade de Salvador e no bairro da Pituba. A partir da década 1960 ocorreu a ampliação do tecido urbano da cidade, com a construção das avenidas de vale, o aumento da população devido a implantação dos polos industriais na década de 1970 em municípios da Região Metropolitana de Salvador, além da implantação do novo centro econômico impulsionado por investimentos públicos e privados.

Esses acontecimentos colaboraram para as transformações espaciais identificadas no bairro da Pituba, como a aprovação de novos loteamentos, a chegada de empreendimentos do mercado imobiliário que influenciaram na área, os investimentos em infraestrutura realizados pelo poder público favoreceram a valorização do solo e a especulação imobiliária do bairro. Como limite para o recorte temporal ficou definido o ano de 2017, visto que o bairro já se encontra totalmente urbanizado e corresponde ao ano de conclusão da pesquisa.

## 2 BASE TEÓRICO CONCEITUAL DO ESPAÇO URBANO

Nesta parte da pesquisa, buscou-se apoio nas obras de alguns autores que de alguma forma contribuíram para compreensão e análise da produção do espaço urbano do bairro da Pituba, na cidade do Salvador. Alguns conceitos estabelecidos e desenvolvidos por esses autores foram usados como complemento para o referencial teórico, no intuito de entender como esse espaço foi produzido, uma vez que é resultante da produção social através de seus diversos agentes e de um processo histórico contínuo.

Ao pensar que o espaço urbano é dinâmico, torna-se indispensável refletir que esse espaço passou por um processo constante de transformação promovida socialmente. Por isso, neste capítulo será apresentado o referencial teórico conceitual que norteou esta pesquisa, onde serão apresentados alguns conceitos sobre o espaço, as categorias de análise (formas, funções, estruturas e processo), informações sobre a produção do espaço urbano e alguns conceitos de bairro, que juntos ajudaram a entender o processo de produção do espaço urbano do bairro da Pituba, localizado da cidade do Salvador.

Faz-se necessário ressaltar que não se tem como objetivo discutir as diferentes posições dos autores e bibliografias pesquisadas, e sim apresentar as considerações que de alguma forma se aproximam da realidade espacial do objeto de pesquisa. Para fins de análises conceituais referentes ao espaço urbano acompanhou-se os pensamentos de Milton Santos (1985), Ana Fani Alessandri Carlos (1994a, 1994b), Roberto Lobato Corrêa (1986, 2005), entre outros.

O atual espaço urbano do bairro da Pituba é o resultado das relações sociais que aconteceram no passado e que contribuíram para modificar a natureza, impulsionadas pelas ações dos agentes públicos e privados, que influenciaram na produção desse espaço urbano. Para Santos (1985, p. 16), “O espaço está em evolução permanente. Tal evolução resulta da ação de fatores externos e de fatores internos. Uma nova estrada, a chegada de novos capitais [...]”.

O espaço atual do bairro da Pituba é o resultado do trabalho social de diversos sujeitos, que agiram de forma coletiva ou particular para ocupar a área original e a transformar de acordo com suas necessidades. Mas que de uma forma ou de outra também contribuíram para o desenvolvimento e valorização desse local. Para Carlos (1994a, p. 32), “[...] o espaço geográfico é o produto, num dado momento, do estado da sociedade, portanto, um produto histórico; é resultado da atividade de uma série de gerações que através de seu trabalho acumulado tem agido sobre ele, modificando-o, transformando-o, [...]”.



## 2.1 CATEGORIAS DE ANÁLISE DO ESPAÇO URBANO

Na tentativa de melhor entender a evolução do espaço urbano do bairro da Pituba, será apresentado as categorias de análise propostas por Milton Santos (1985) forma, função, estrutura e processo. A forma mesmo sendo um objeto estático traz consigo uma história de momentos que aconteceram no passado, ou pode representar a renovação da sociedade, até mesmo desempenhar funções diferentes da que exercia no passado. De acordo com Santos (1985, p. 50), “A forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo”.

Esse mesmo autor ainda define que a forma “[...] pode ser imperfeitamente definida como uma estrutura técnica ou objeto responsável pela execução de determinada função. As formas são governadas pelo presente, e conquanto se costume ignorar o seu passado, este continua a ser parte integrante das formas”. (SANTOS, 1985, p. 51). O espaço tem sua forma a partir da união de tudo que existe em um determinado lugar, tanto o que foi produzido no passado quanto no presente seja pela natureza ou sociedade como os seres vivos, coisas, objetos, pessoas, etc.

Ao entender que a forma é o que está visível e fácil de ser observado, percebe-se na área de pesquisa diversos tipos de formas existentes como as casas mais antigas e degradadas, as bem conservadas, os diversos tipos de prédios desde os mais novos aos mais antigos, diversas ruas, praças, igrejas, entre outras formas que fazem parte do objeto de pesquisa e que contribuíram para a produção do espaço urbano do bairro da Pituba.

E segundo Santos (1985, p. 2), “[...] as formas geográficas contêm frações do social, elas não são apenas formas, mas formas-conteúdo. Por isso, estão sempre mudando de significação, na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações diferentes do todo social”. As formas podem trazer consigo informações de um dado momento no passado porque elas vêm carregadas de histórias e vinculadas a uma ou mais funções, o que permite a leitura do espaço social ao longo dos anos.

No espaço urbano existem diversas formas, e elas precisam de uma função para desempenhar. Pois não teria sentido construir casas se não fossem para habitação, ou seja, as formas existentes no bairro da Pituba ou em qualquer outro espaço exercem funções. A função está diretamente relacionada com a forma, pois uma depende da outra, conforme Corrêa (1986, p. 76), “[...] função implica uma tarefa, atividade ou um papel a ser desempenhado pelo objeto criado”.

O espaço urbano do bairro da Pituba teve em seu processo de ocupação diversos tipos de formas, com funções específicas de acordo com as necessidades de seus moradores e dos agentes públicos e privados interessados em promover o desenvolvimento do local. No início de sua formação, o bairro da Pituba manteve a função residencial composto por poucas casas destinadas a moradores fixos e aos veranistas que vinham em busca de tranquilidade próximo a praia.

O bairro está ocupado na atualidade por diferentes formas que exercem funções relativas às necessidades do bairro como habitação, saúde, educação e lazer. Para Santos (1985, p. 51) “[...] torna-se evidente que a função está diretamente relacionada com sua forma; portanto, a função é a atividade elementar de que a forma se reveste”.

Além da forma e função, o espaço também é constituído pela estrutura. No que diz respeito à essa categoria, Santos (1985, p. 50) afirma que: “[...] a estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção”. Já para Corrêa (1986, p. 77), “Estrutura é a natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo”.

Ao tentar entender a atual configuração espacial da área do bairro da Pituba, pôde-se perceber as diferenças nas estruturas do passado e do presente, pois esse espaço é dinâmico e passou por uma série de transformações no decorrer do tempo, em relação a sua forma e função.

O bairro da Pituba apresenta uma estrutura econômica e social com estabelecimento de uma população vinda das classes de renda alta e média, com moradores permanentes que buscaram uma melhor qualidade de vida. Apresenta uma base econômica destinada a atividades de comércio e serviços, com homogeneidade em relação ao padrão de renda e qualidade de vida.

Para finalizar a exposição será apresentada a categoria de análise do espaço chamada processo, que Santos (1985, p. 50) define como “[...] uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança”. Toda produção de um espaço ocorre em um determinado tempo que pode ser curto ou longo, esse caminho que o espaço percorre para ser produzido pode ser entendido como processo, que ao mesmo tempo é contínuo devido à dinâmica do espaço.

Ainda sobre a categoria de análise processo, Santos (1985, p. 54) complementa: “Conforme ficou implícito, o tempo (processo) é uma propriedade fundamental na relação entre forma, função e estrutura, pois é ele que indica o movimento do passado ao presente”. O bairro da Pituba começou a ser implantado na década de 1920, passou por um intenso

processo de ocupação de suas áreas, contribuindo ao mesmo tempo para a expansão urbana da cidade do Salvador em direção à orla atlântica.

Dado o exposto, fica claro que só com o uso simultâneo das quatro categorias de análise: forma, função, processo e estrutura, pode-se compreender a produção do espaço em sua totalidade, pois nenhuma delas poderá existir separadamente devido a sua interdependência. Com o uso dessas categorias de análise propostas por Milton Santos é que se buscou entender o processo de produção do espaço urbano do bairro da Pituba na cidade do Salvador.

## 2.2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Na produção do espaço urbano do bairro da Pituba verifica-se que alguns agentes sociais atuaram de formas diferentes. Nesse espaço, pela utilização de estratégias e práticas que favoreceram o desenvolvimento do bairro, a partir da ocupação de sua área natural, teve como primeiro agente social os proprietários fundiários que usaram uma grande quantidade de terra disponível para implantar o loteamento Cidade da Luz. O estado também esteve presente durante todo o processo de produção do espaço urbano do bairro da Pituba, pois promoveu a criação das vias de circulação, infraestrutura e a normatização do uso do solo. E segundo Carlos (1994b):

O urbano reproduz-se, de um lado, de forma “espontânea”, no livre jogo do mercado (no caso cotidiano, como fruto da lógica do processo de urbanização metropolitano), e de outro, “planejada”, na medida em que o Estado passa a intervir cada vez mais na produção da infra-estrutura ou na criação de leis de zoneamento urbano. (CARLOS, 1994b, p. 189).

A produção do espaço acontece em decorrência das necessidades de habitação, comércio, serviços ou investimentos industriais provenientes da sociedade, o que faz com que os espaços até então livres da ação social passem a adquirir formas e funções que não faziam parte dessa determinada área. Por isso, “[...] o espaço, por ser fruto das relações sociais, é constantemente produzido e nunca se encontra acabado. Dessa forma, as relações de poder que se estabelecem também estão abertas a novas possibilidades”. (TORO, 2015, p. 13).

O ser humano ao se reproduzir torna necessário a criação de novos espaços que são produzidos através da ação da sociedade, que molda e transforma essas áreas de acordo com suas necessidades e os interesses dos seus principais agentes sociais. Segundo Carlos (1994b, p. 23) “O processo de produção do espaço fundado nas relações de trabalho entre os homens e

a natureza coloca-se como uma relação que deve ser entendida em suas várias determinações, econômica, política, social, ideológica, jurídica, cultural, filosófica”.

O bairro da Pituba em seu processo de ocupação inicial, por ser localizado próximo da orla atlântica apresentava amenidades e diferenciais. Para adquirir um lote o comprador precisava ter condições financeiras para investir na compra do terreno, para adquirir materiais de construção, disposição e recursos para chegar até a localidade devido à dificuldade de acesso e a falta de estradas asfaltadas. Posteriormente, com os grandes investimentos do setor público, a área passou a ter seu espaço ainda mais valorizado.

O bairro foi privilegiado em todo seu processo de expansão com investimentos que favoreceram o desenvolvimento e a criação de um espaço de reprodução das relações sociais onde seus moradores e visitantes podem aproveitar de toda comodidade, infraestrutura e equipamentos disponíveis nesse espaço, pois, segundo Lefebvre (2006):

Ora, o espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade: ordem (relativa) e/ou desordem (relativa). Ele resulta de uma sequência e de um conjunto de operações, e não pode se reduzir a um simples objeto. (LEFEBVRE, 2006, p. 111-112).

O espaço urbano como um todo é um produto da sociedade, constituído através de ações direcionadas que favoreceram o seu desenvolvimento por meio da implantação das mais diversas formas existentes, onde, atualmente sua população pode ser atendida com os diferentes tipos de serviços, dos mais básicos aos mais complexos, desenvolvendo funções sociais através das relações existentes entre os diversos agentes. Pois o processo de produção e reprodução do espaço é contínuo, e deve ser visto dessa forma para que as futuras gerações possam aproveitar esse espaço respeitando as limitações de forma consciente, uma vez que a natureza já foi muito degradada.

### 2.3 BAIRRO: CONCEITOS E LIMITES

Para dar continuidade ao estudo do processo de formação do bairro da Pituba, torna-se conveniente apresentar alguns conceitos de bairro para melhor entender o que seria esse espaço ocupado e transformado através das ações dos diversos agentes sociais. Por isso Souza (2015) pede que, “Imaginemos, agora, os conceitos como ‘ferramentas’. Uma ferramenta, obviamente, só nos será útil se soubermos usá-la, se tivermos um mínimo de treinamento e familiaridade com ela.” (SOUZA, 2015, p. 11).

Por isso os conceitos de bairro que serão apresentados funcionarão como ferramentas para ajudar na construção de um caminho que leve a uma melhor compreensão do processo evolutivo do bairro da Pituba. E na busca de informações sobre bairro, foram encontrados alguns autores que falam sobre o tema, entre eles Lynch que define os bairros como “[...] áreas relativamente grandes da cidade, nas quais o observador pode penetrar mentalmente e que possuem algumas características em comum. Podem ser reconhecidos internamente, às vezes usados como referências externas [...]” (LYNCH, 1999, p. 74).

Lynch (1999) apresenta o bairro de uma forma ampla e generalizada salientando somente as características comuns, sem fazer referência às relações sociais existentes nos bairros. De maneira que ainda não atende completamente as necessidades de informações para caracterizar o bairro da Pituba, pois o mesmo apresenta diversidades de formas e funções em um processo dinâmico e constante de transformação.

O bairro da Pituba faz parte do espaço urbano da cidade do Salvador e é nele que sua população realiza diversas atividades, sendo um bairro predominantemente residencial, mas com forte tendência para o comércio e serviço. Quando pesquisado o conceito de bairro em um dos dicionários mais conhecidos da língua portuguesa, o autor apresenta o bairro como uma parte da cidade, destinado à orientação e ao controle da administração pública (FERREIRA, 1980).

No entanto, os bairros não são uma simples divisão física de uma cidade, eles têm um papel importante em sua organização porque apresentam características que diferenciam seus moradores em relação aos grupos sociais, diferentes níveis de infraestrutura e equipamentos públicos e privados existentes no local, além de apresentar certa autonomia em relação ao uso funcional, independente da sua localização no espaço urbano da cidade.

O bairro da Pituba foi construído inicialmente de frente para o Oceano Atlântico, em uma área de amenidades com uma vasta vegetação, ideal para quem procurava tranquilidade e uma melhor qualidade de vida longe do centro da cidade, com terrenos amplos e arborizados. Com o passar do tempo, o bairro da Pituba passou a fazer parte do novo centro econômico da cidade do Salvador com boa infraestrutura e uma grande variedade de comércio e serviços disponíveis a seus moradores e a população em geral da cidade, transformando-se em um dos bairros mais valorizados, formado em sua maioria por uma população com uma das maiores rendas média entre os moradores da cidade do Salvador, conforme o Censo do IBGE (2010). Para Corrêa (1986):

[...] há bairros aprazíveis e faraônicos, habitados por uma população de alto nível de renda - proprietários dos meios de produção e assalariados regulares e bem-remunerados -, que a par das belas e luxuosas residências, dispõem de uma boa infra-estrutura e serviços adequados: água, esgoto, luz, calçamento, praças, parques, clubes, policiamento, comércio de luxo, os melhores consultórios e clínicas médicas, e excelentes escolas. Estes bairros localizam-se, normalmente, nos setores de amenidades da cidade, em áreas de alto preço da terra. (CORRÊA, 1986, p. 81).

Lynch (1999) difere sobre fronteiras de um bairro quando cita que: “Algumas são sólidas, definidas, precisas [...]. Outras fronteiras podem ser flexíveis ou incertas [...]”. (LYNCH, 1999, p. 77). Os bairros apresentam limites políticos-administrativos, mesmo que esses ainda não tenham sido regulamentados e definindo através de uma lei específica. O bairro da Pituba apresenta algumas avenidas limítrofes entre outros bairros, a exemplo da avenida Antônio Carlos Magalhães e Magalhães Neto que separam os bairros do Itaigara, Candeal, Costa Azul e STIEP, da Pituba. Além do Parque da Cidade que faz o limite entre a Pituba e os bairros do Nordeste de Amaralina e Santa Cruz.

A falta de limites específicos para definir os bairros de uma cidade, pode causar alguns problemas para os moradores, pois dificulta a busca de endereços, além de que os diversos órgãos, empresas e instituições de pesquisa são obrigados a criar limites próprios dos bairros para trabalhar ou fazer seus estudos. Por isso é importante que cada cidade apresente os limites dos bairros, instituídos pelo poder público através de leis, com o intuito de criar uma unidade única e comum para esses órgãos e instituições.

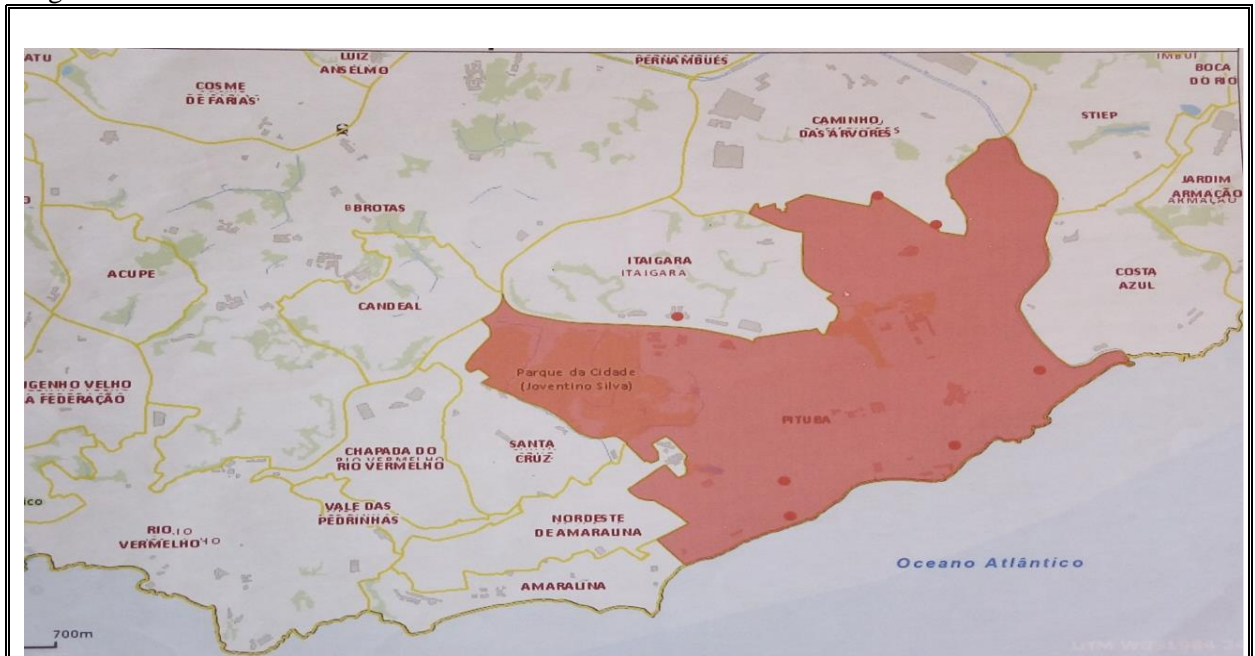
A questão das delimitações dos bairros da cidade do Salvador é antiga, tanto que a primeira delimitação aconteceu através da Lei Municipal nº 1038 de 15 de junho de 1960. No entanto, essa lei perdeu sua utilidade porque não foi atualizada, permanecendo sem qualquer alteração mesmo a cidade tendo crescido e se transformado com o passar dos anos. Daí para frente cada órgão a depender de sua necessidade procurou se adequar criando nomes e códigos, para facilitar o estudo nas diversas áreas de Salvador.

Por não haver uma delimitação específica de bairros até o ano de 2017, a cidade do Salvador possuía uma série de delimitações espaciais promovida por diversos órgãos e instituições como a Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia (CONDER), a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) e pela própria Prefeitura Municipal de Salvador com intuito de dar prosseguimentos aos seus trabalhos e estudos.

Depois de quase 60 anos, a cidade do Salvador ganha uma nova atualização da divisão territorial através da Lei nº 363 aprovada em 18 de setembro de 2017 pela Câmara Municipal de Salvador. Essa lei ampliou o número de bairros para 163, com a mudança, as três ilhas que

pertencem ao município de Salvador, Maré, Frades/Santo Antônio e Bom Jesus dos Passos, foram oficializadas como bairros. Essa nova delimitação foi feita com colaboração de órgãos e instituições como a Prefeitura Municipal de Salvador, o Governo do Estado da Bahia, Universidade Federal do Estado da Bahia e o IBGE, através do estudo O Caminho das águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes, concluído em 2010. Nessa nova delimitação o bairro da Pituba está representado na figura 02, próximo aos bairros com os quais faz limite, no espaço urbano da cidade do Salvador. Faz limite com os bairros de: Costa Azul, Stiep (a norte), Candéal, Santa Cruz, Nordeste de Amaralina, Amaralina (a sul), Oceano Atlântico (a leste), Caminho das Árvores, Itaipara (a oeste).

Figura 2 - Limites atuais do bairro da Pituba



Fonte: INFORMS – CONDER (2014). [www.informs.conder.ba.gov.br](http://www.informs.conder.ba.gov.br), 09/10/2014.

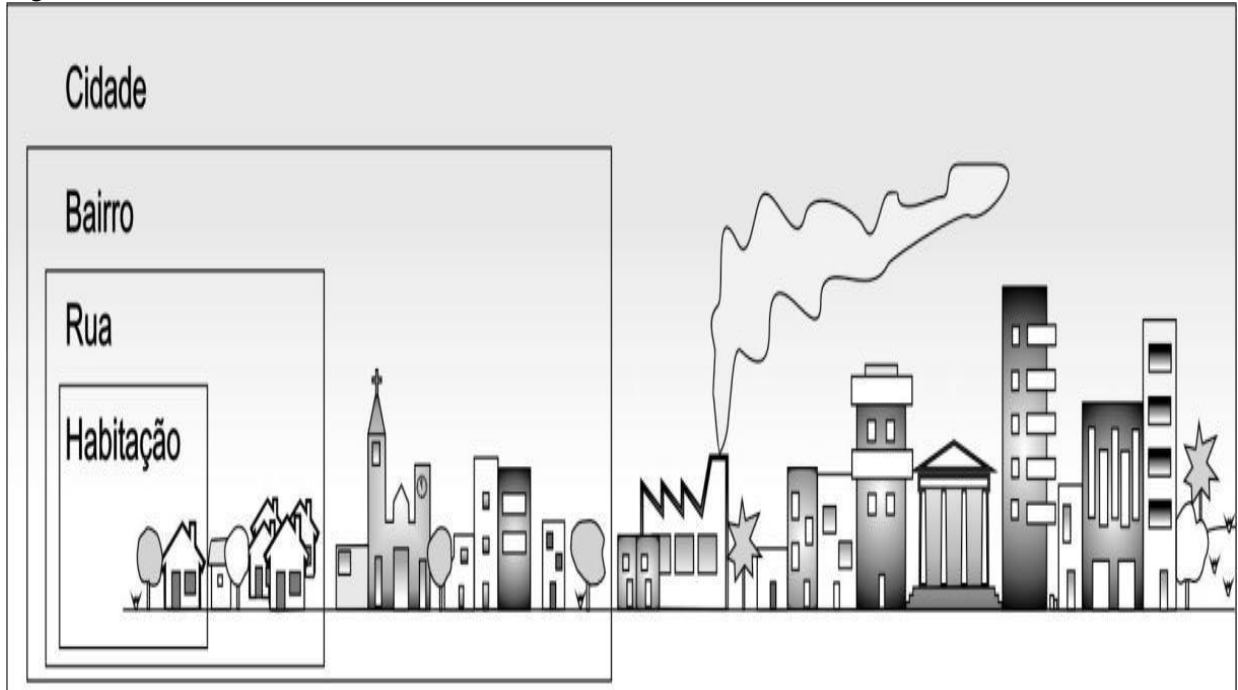
Definir os limites de um bairro é importante porque permite identificar a divisão territorial da área, no entanto, só o reconhecimento desses limites não é suficiente, pois o limite de um bairro é definido pelo poder público e visa o planejamento territorial e a gestão do espaço urbano da cidade.

O bairro precisa apresentar uma boa qualidade de vida com disponibilidade de serviços básicos para atender as necessidades de seus moradores, além de que sua população precisa ter um sentimento de pertencimento consciente de que faz parte desse lugar.

O bairro faz parte do espaço urbano de uma cidade observado na figura 03. É nesse espaço que os moradores executam uma série de atividades como morar, conviver, caminhar, se divertir, estudar, trabalhar e diversas outras que possam ser executadas nos próprios bairros

ou na vizinhança. Tudo isso faz com que os moradores tenham em comum uma identidade social e cultural apresentando uma similaridade na construção de suas habitações.

Figura 3 - Diferentes escalas urbanas de uma cidade



Fonte: Bezerra (2011).

Mesmo apresentando diferenças em suas formas e no modo como cada indivíduo interage com sua realidade social, o bairro possui uma identificação entre sua população e o espaço criado pela convivência social. Em seu estudo ao mostrar a importância das relações sociais na construção do bairro, Souza (1989) tenta sintetizar o conceito de bairro:

O esforço de conceituação do bairro associou-se a uma estipulação da escala espacial a que se vinculam certas relações sociais, que preenchem e animam ("anima": alma) o espaço-bairro. Quer dizer, a individualidade de um bairro no seio da urbe seria definida por uma certa visão social e pela abrangência de uma vida de relações orgânicas e associada ao espaço particular do bairro à sua escala. (SOUZA, 1989, p. 144).

Os bairros são constituídos através de uma série de ações promovidas pelos agentes sociais. A união destes agentes cria condições para a ocupação e desenvolvimento dos diversos bairros, conforme o contexto histórico e cultural existente nas cidades. Por isso, cada bairro a seu modo e processo apresenta um espaço social diferente, devido relações sociais de produção e reprodução específica de cada local, exercendo funções que ajudam na organização do espaço urbano da cidade.



### 3 CAMINHOS DA URBANIZAÇÃO EM DIREÇÃO AO BAIRRO DA PITUBA

O município de Salvador pode ser visto na figura 4, apresenta uma área territorial de 692,8km<sup>2</sup>, composto por uma porção continental e uma porção insular que inclui parte das águas da Baía de Todos os Santos e algumas ilhas. Também apresenta uma costa marítima de 156 km de extensão, limitando-se por terra apenas com os municípios de Simões Filho e Lauro de Freitas. Salvador foi a primeira capital do Brasil implantada em 1549, teve sua ocupação inicial em frente à Baía de Todos os Santos, sendo favorecida por sua forma geográfica de península, dividida pela sua topografia acentuada por falha geológica em Cidade Baixa e Cidade Alta. A figura 04 representa o mapa do município do Salvador.

Figura 4 - O município do Salvador



Fonte: Salvador (2000).

De acordo com os dados do Censo IBGE (2010), a capital baiana contava com uma população de 2.675.656 habitantes, com um total de 858.887 domicílios particulares permanentes. Ocupando o terceiro lugar entre as capitais mais populosas do Brasil, sendo administrada atualmente pelo prefeito Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto.

O estado da Bahia apresentou um dos menores graus de urbanização entre os estados brasileiros com 72,1% em 2010, no entanto a cidade do Salvador foi considerada pelo PDDU totalmente urbanizada (SALVADOR, 2016a). Mas até chegar a esse alto grau de urbanização Salvador passou por um processo lento de ocupação e expansão de seu espaço urbano que durou séculos. Mesmo sendo considerada totalmente urbanizada sem presença de área rural, a

cidade do Salvador necessidade de intervenções urbanas que melhorem a qualidade de vida da população em itens como saneamento básico e outros que possam alinhar o desenvolvimento social com o alto grau de urbanização.

Durante o processo de urbanização a cidade se transformou, ocorreu o aumento da sua população e a ocupação de novos espaços com maior intensidade, a partir da segunda metade do século XX. Por isso, Santos (2009, p. 9), diz que: “Alcançamos, neste século, a urbanização da sociedade e a urbanização territorial, depois de um longo período de urbanização social e territorial seletiva”.

Graças à falha geológica, que direcionou a ocupação da Cidade Alta e da Cidade Baixa, esse desnível permitiu que os portugueses aproveitassem estrategicamente a parte alta da cidade, pois podiam observar tudo que sucedia na Baía de Todos os Santos. Contudo, esse desnível dificultava a locomoção entre as duas partes da cidade, obrigando os seus dirigentes a criar várias formas de acesso através das ladeiras como da Montanha, da Preguiça, da Água Brusca, entre outras que foram feitas para facilitar o deslocamento.

A cidade continuou a se desenvolver a partir desses dois níveis, na Cidade Baixa seguindo em direção à orla oriental da Baía de Todos os Santos e na Cidade Alta pelos seus altiplanos<sup>2</sup> em direção aos bairros da Vitória, Graça e posteriormente até a Barra, e depois acompanhando a faixa litorânea banhada pelo Oceano Atlântico. Conforme Soares (2016) desde o início da ocupação da cidade que o espaço vem sendo selecionado e dividido, levando a uma segregação socioespacial:

Os indivíduos destinados aos ofícios: serviços e comércio situavam-se na região baixa da escarpa, área conhecida até hoje como Cidade Baixa ou Bairro do Comércio. A parte nobre da cidade, localizava-se na Cidade Alta restrita a moradia das pessoas de posses, aos terrenos da Igreja e a parte central em que estava localizada a gestão, e a partir daí se expandira a forma de construção e segregação da Cidade do Salvador desde o início. (SOARES, 2016, p. 46).

À medida que a cidade cresce as intervenções urbanas vão sendo necessárias para organizar o espaço, e vão desde as praticadas em áreas residenciais visando melhorar a qualidade de vida dos residentes, até as destinadas a facilitar a circulação de pessoas e veículos nas áreas centrais. Por isso, a cidade passou por processos de transformação do seu espaço urbano em decorrência de necessidades habitacionais, políticas e econômicas de cada época.

---

<sup>2</sup> Parte elevada da falha geológica da cidade do Salvador

No século XIX, a cidade do Salvador ainda exercia um papel importante como cidade portuária, pois exportava grande quantidade de produtos agrícolas e ao mesmo tempo importava o que era necessário. Conforme Sampaio (1999), no primeiro quartel do século XIX, o Conde dos Arcos fez grandes intervenções na zona portuária, construiu a Associação Comercial que funcionou como bolsa do comércio e promoveu várias intervenções viárias na Cidade Baixa, visando melhorar a circulação e renovação urbana no sentido da península de Itapagipe.

No final do século XIX, a cidade aos poucos adquiriu uma infraestrutura básica dispondo de transporte sobre os trilhos operando regularmente, com tendência a avançar para bairros mais periféricos e distantes do centro da cidade, o que permitiu sua expansão em direção a orla atlântica no bairro da Pituba. De acordo com Sampaio (1999, p. 68): “Em 1871, a companhia Trilhos Centrais vai operar linhas de bonde, ligando o Centro Antigo aos bairros de Vitória, Graça, Barra, Federação, Quintas, etc., já com planos de expandir linhas no sentido de atingir o Rio Vermelho”.

No início do século XX, a cidade passou por um processo de reestruturação do seu espaço urbano, quando a prefeitura contratou a empresa do engenheiro Theodoro Sampaio para construir o sistema de abastecimento de água e esgoto da cidade em decorrência das péssimas condições de infraestrutura da época.

José Joaquim Seabra se elegeu governador do estado da Bahia, no início do século XX, e promoveu várias intervenções urbanas na cidade do Salvador, que serviram para transformar e reorganizar o espaço urbano da cidade, com a execução de trabalhos como aberturas de novas ruas e avenidas, a derrubada de prédios antigos, a criação de novos espaços, além da realização de obras no porto localizado na Cidade Baixa. De acordo com Spinola (2009), o governo já pensava em uma avenida que ligasse o bairro do Rio Vermelho a Itapuã, bem como a execução de outras obras:

São ainda celebrados convênios para a construção da Avenida Dois de Julho e da Estrada ligando o bairro do Rio Vermelho a Itapuã. Além disso construiu o Palácio da Aclamação para residência dos Governadores, instituiu a Imprensa Oficial do Estado e deu início às obras do quartel do Corpo de Bombeiros e do Palácio Rio Branco. (SPINOLA, 2009, p. 120).

Também na primeira metade do século XX, a cidade ganhou novas linhas de bonde para atender a outros bairros como a Liberdade e Itapagipe, que ainda não eram beneficiados por tais serviços, além de estender também até o bairro do Rio Vermelho permitindo a intensificação da ocupação desse espaço e ao mesmo tempo expandindo o tecido urbano em direção às praias banhadas pelo Oceano Atlântico, mais próximas do bairro da Pituba.

De acordo com Sampaio (1999, p. 80), em 1911, já existia uma rede de transporte por bondes sobre trilhos instalada em linhas que ligava, “ [...] o centro a áreas distantes como Barra, Rio Vermelho de Cima e de Baixo, Brotas, Retiro, Liberdade e Itapagipe na Cidade Baixa”.

A cidade continuou a se expandir e ocupar novos espaços, mas ainda com grande possibilidade de expansão, pois existiam vários lugares sem acesso, precisando da abertura de novas vias para dar continuidade a circulação e a ocupação urbana. Conforme Scheinowitz (1998), no ano de 1940, os 281.000 soteropolitanos distribuíam-se numa cidade de tamanho ainda reduzido, em volta do centro tradicional, bairro da Sé, Pelourinho, Carmo, Saúde, Soledade, Santo Antônio, Santana, São Bento, Piedade, além do Nazaré, Barris, Barbalho, Liberdade, o Corredor da Vitória, Graça, e Barra, mais a área do Comércio até Itapagipe, além de alguns novos bairros como Brotas, Pernambués e São Caetano. Com o processo de expansão da cidade do Salvador no setor da orla atlântica, vários loteamentos foram surgindo, entre eles: o Parque Cruz de Aguiar, em 1945, no Rio Vermelho com 349 lotes, o Loteamento Fazenda Santa Cruz, aprovado em 1951, com 388 lotes (que posteriormente foi invadido).

Na década de 1950, o sistema de transporte foi ampliado e passou a atender vários bairros da cidade do Salvador, entre eles Amaralina e a Pituba, beneficiados pela inauguração da estrada que ia até o bairro de Itapuã (atual avenida Octávio Mangabeira), permitindo uma maior circulação de automóveis em praticamente toda a orla atlântica da cidade. Também existiam as linhas de bonde que facilitavam o acesso das pessoas até as praias de Amaralina e Pituba.

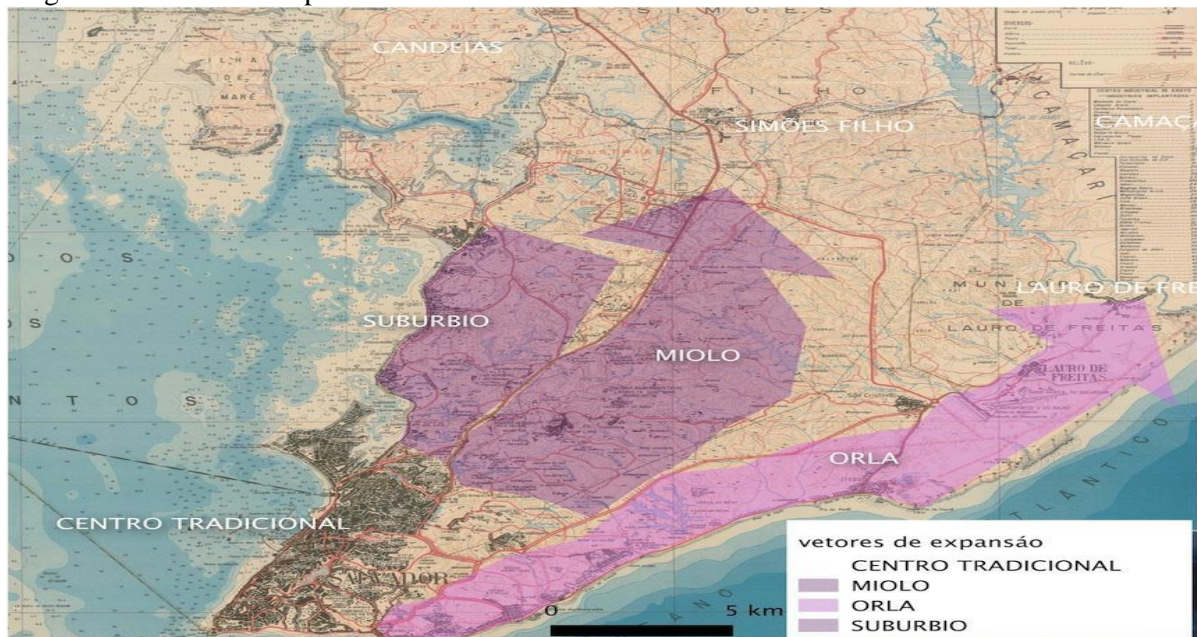
Nas décadas de 1960 e 1970, se intensificou a expansão do espaço urbano promovido pela abertura das avenidas de vale, o que permitiu que novas áreas fossem utilizadas para atender o avanço do crescimento da população e as novas necessidades de habitação. Espaços foram criados e direcionados para as atividades de comércio e serviço como o Shopping Iguatemi (atual Shopping da Bahia) e de serviços públicos como a construção do Centro Administrativo da Bahia (CAB), da Estação Rodoviária, do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), entre outros. Somente na década de 1960, a prefeitura recebeu 47 projetos de loteamento para serem aprovados, e que conforme Brandão (1981):

O surgimento de loteamentos para grupos de rendas médias e altas em direção à orla litorânea e conjuntos habitacionais populares na periferia; tendência de urbanização na forma de verticalização e adensamento do centro e crescimento pelos eixos da Avenida Otávio Mangabeira (na orla litorânea), da Luiz Viana (Av. Paralela) e na Afrânio Peixoto (Av. Suburbana). (BRANDÃO, 1981 *apud* PALMAS 2009, p. 55).

No entanto, a orla atlântica foi beneficiada, pois teve maior atenção dos órgãos públicos com investimentos principalmente no sistema viário e na infraestrutura urbana dos bairros localizados nesta área, levando a valorização desse espaço. “[...] área privilegiada quanto a moradia, serviços e lazer. É espaço de concentração de riqueza, investimentos públicos, equipamentos metropolitanos, parques, hotéis, centros de consumo e oportunidades de trabalho.” (SALVADOR, 2016a, p. 17).

Com o processo de industrialização que acontecia na Região Metropolitana de Salvador e com a construção das novas avenidas de vale, a cidade a partir da década de 1970 teve seu crescimento guiado por três vetores de expansão espacial que seguiam em direção ao norte pelo Subúrbio Ferroviário, pelo Miolo<sup>3</sup> e pela Orla Atlântica, conforme figura 05.

Figura 5 - Vetores de expansão da cidade do Salvador em 1970



Fonte: Salvador (2016a).

Nesse processo de ocupação de novos espaços foram observados os diferentes caminhos feitos pela população tendo como base o antigo núcleo central. A cidade se expandiu em direções opostas, onde as pessoas das classes populares continuaram ocupando a Cidade Baixa acompanhando a Baía de Todos os Santos. As classes mais ricas seguiram sua ocupação em direção sul, pelos bairros da Vitória e da Graça, até chegar a Barra e seguir a orla atlântica pelos bairros do Rio Vermelho, Amaralina, Pituba, e continuar a ocupação em direção ao bairro de Itapuã.

<sup>3</sup> Parte central de Salvador, entre a BR-324 e a avenida Luís Viana Filho (avenida Paralela), começou a ser ocupado a partir da década de 1970.

Esse período também ficou marcado pelo intenso crescimento da população, pois a cidade passou a receber trabalhadores em busca de empregos e melhores condições de trabalho. Assim como, empregados das empresas localizadas na Região Metropolitana em busca de melhores condições de moradia e disponibilidade de serviços, contribuindo para aumentar o contingente populacional da cidade.

Essa nova demanda de trabalhadores, somada ao crescimento natural da população, proporcionou, na passagem da década de 1970 para 1980, um aumento de quase 5% ao ano da população na cidade, passando de 1.007.195 para 1.506.860 habitantes. O maior crescimento observado em todo século XX, se comparado com o Censo do IBGE entre os anos de 2000 e 2010 que não chegou a um aumento de 1% da população. “Apesar de apresentar uma taxa média de crescimento anual positiva, Salvador perdeu dinamismo populacional nos últimos 19 anos: cresceu 1,8% ao ano de 1991 a 2000 e 0,9% ao ano de 2000 a 2010”. (SALVADOR, 2016a, p. 23).

Ao comparar a ocupação do solo da cidade do Salvador desde sua fundação até os dias atuais percebe-se que ela se expandiu e sua população cresceu bastante, em decorrência de diversos fatores, principalmente por conta da industrialização, criação das avenidas de vale entre as décadas de 1960 e 1970 e pela implantação do novo centro econômico. O que favoreceu o desenvolvimento econômico na atualidade.

### 3.1 PANORAMA ECONÔMICO DA CIDADE DO SALVADOR, A PARTIR DO SÉCULO XIX

Não foi por acaso que os portugueses escolheram a cidade do Salvador para se estabelecerem. Localizada em uma península quase que totalmente cercada por água com exceção da parte norte que está ligada ao continente, a cidade foi privilegiada por ter uma grande orla, banhada pelo o Oceano Atlântico a Leste e pela Baía de Todos Santos a Oeste, onde teve início a sua ocupação.

Transformada em primeira capital do Brasil, manteve-se assim até 1763 quando o Governo Geral do Brasil foi transferido para a cidade do Rio de Janeiro, levando a cidade do Salvador a perder sua condição de capital política e administrativa do país, o que afetou diretamente a economia local, pois já não tinha tanta importância no cenário político e econômico nacional. Para a cidade do Salvador restou a herança histórica e cultural deixada na época em que o Brasil era uma colônia de Portugal e a economia baseava-se na agroexportação.

O século XIX não foi nada fácil para a cidade do Salvador, diversos acontecimentos marcaram esse período da história da cidade, dificultando o seu crescimento econômico. Este século foi marcado por uma série de guerras e revoltas como as batalhas pela independência ocorridas na Bahia entre os anos de 1822 a 1823 que causou o enfraquecimento da economia com a criação de despesas para manutenção do exército; a Revolta dos Malês que ocorreu em 1835 formada por negros da religião islâmica; a Sabinada em 1837 que foi um movimento separatista; a Guerra do Paraguai de 1864 a 1870, que recrutou milhares de soldados diminuindo a mão de obra disponível e a Guerra de Canudos entre 1896 a 1897 que aconteceu nos sertões da Bahia levando a morte de milhares de pessoas.

A cidade também enfrentou epidemias graves como a da febre amarela que ocorreu primeiro em 1850 e depois em 1852, da cólera em 1855, além dos diversos períodos de secas que contribuíram para prejudicar a agricultura do estado da Bahia e por consequência a economia. A escravidão também não colaborava para o crescimento econômico da cidade, pois os escravos não tinham poder de compra, ao contrário, eram considerados uma mercadoria. Essas foram algumas das causas do fraco desempenho da economia baiana no início do século XX.

Um ponto positivo importante para a economia nesse período foi a descoberta de diamantes na Chapada Diamantina, em 1842. No setor primário, alguns produtos tinham destaque e foram importantes como o açúcar, o tabaco e o café que foi introduzido na Bahia na metade do século XIX, além do cacau e do algodão. Segundo Mattoso (1992, p. 521 *apud* SPINOLA, 2009, p. 52), “[...] 40% das exportações de açúcar da Bahia destinaram-se para a Inglaterra no período de 1852/1856”, já a partir de 1857 passa a ser mais da metade da produção baiana de açúcar direcionada ao mercado inglês.

Os problemas ocorridos no século XIX também afetaram diretamente o início do século XX no desenvolvimento da cidade do Salvador, com a economia ainda baseada na agroexportação. Esse período é marcado pelas baixas taxas de crescimento da população, consequentemente o processo de expansão da cidade também não foi muito significativo. E conforme Mendes (2006), a sociedade já questionava o fato de a economia ainda está baseada na agroexportação em plena década de 1940.

Destaca-se que nos anos 1940 a Bahia produzia 95% do cacau, 30% do fumo, 20% do algodão e 7% do açúcar no Brasil. Havia neste momento um quadro de profunda insatisfação por parte da elite local: o país já havia iniciado um processo de industrialização e a Bahia ainda era um estado agroexportador. (MENDES, 2006, p. 20).

Ainda na primeira metade do século XX, aconteceu a descoberta do petróleo no bairro do Lobato, na cidade do Salvador em 1939, e em 1941 a localização do primeiro campo comercial em Candeias. O processo de industrialização inicia com a inauguração da Refinaria Landulpho Alves que começou a funcionar na década de 1950, mais a implantação do CIA e do COPEC nas décadas de 1960 e 1970, levando a economia regional a retomar o crescimento e impulsionar a expansão urbana da cidade do Salvador.

Na década de 1970, a cidade passou a ter um novo centro econômico, o Centro do Camurugibe, e passa a dividir a centralidade com o Centro Antigo localizado entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa. Esse novo centro contribuiu para o fortalecimento do setor terciário, pois a partir deste momento ocorreu um aumento do número de empresas prestadoras de serviços e de comércio, o que colaborou para uma grande circulação do capital no setor terciário da cidade.

A cidade do Salvador viveu um grande momento de crescimento econômico e expansão do seu espaço urbano devido ao processo de industrialização, promovido por ações do Governo Federal e Estadual. Crescimento que se estendeu por mais algumas décadas, no entanto, passados esse grande momento e com a capacidade industrial reduzida, a economia da cidade começou a ter que adaptar-se às novas demandas para manter a estabilidade econômica.

No século XXI, a cidade apresentou uma estrutura econômica basicamente ligada ao setor terciário além das atividades relacionadas ao turismo e ao setor cultural. Também é importante o lazer promovido tanto pelo setor público como pelo setor privado, assim como algumas atividades industriais que ocorrem na cidade e contribuem para promover a estabilidade econômica.

O crescimento econômico marcado no século XXI também está relacionado ao surgimento de uma ação iniciada através do planejamento da área da Fazenda Pituba, elaborado pelo engenheiro Theodoro Sampaio ainda no começo do século XX.

Na atualidade o bairro da Pituba está inserido em um dos centros econômico da cidade do Salvador gerando uma disponibilidade de serviços, o que permite a inserção do bairro de forma representativa na economia municipal.



### 3.2 THEODORO SAMPAIO E O PROJETO PARA UMA CIDADE NOVA

Algumas cidades passaram por intervenções pontuais promovidas pelo poder público, principalmente nas áreas centrais, causando alterações significativas nas formas das cidades e no modo de vida das pessoas, devido aos novos padrões sanitários e estéticos que estavam sendo implantados. No início do século XX, a cidade do Salvador foi influenciada pelos conceitos do urbanismo sanitarista, por meio uma série de reformas promovidas no seu espaço urbano que visava o melhoramento e embelezamento da cidade, além da preocupação com o saneamento básico.

O poder público também estava interessado em criar condições para facilitar circulação de pessoas e automóveis, promovendo o alargamento das ruas existentes, mesmo que tivesse que destruir construções antigas. Neste momento, surgiu o projeto para o Loteamento Cidade da Luz na cidade do Salvador, projetado por Theodoro Sampaio, acompanhando os princípios do urbanismo sanitarista e objetivando o desenvolvimento do futuro loteamento.

Sampaio (1919) definiu em seu relatório como prioridade na implantação do loteamento os serviços de drenagem, esgoto, abastecimento de água, arborização das ruas e praças, incineração de lixo e cemitério, com intuito de criar melhores condições de moradia para a população que iria residir no local.

Para continuar o estudo sobre a formação do bairro da Pituba, se faz necessário apresentar um pouco da história de Theodoro Sampaio, o homem que deu o passo inicial no processo de planejamento desse bairro e apresentar um pouco do relatório criado por ele para a Pituba. Para isso, buscou-se referências sobre sua vida e obra, nascido em 07 de janeiro de 1855, nas dependências da Capela do Engenho Canabrava, localizado atualmente no Município de Teodoro Sampaio-Ba, mas que na época fazia parte do Município de Santo Amaro da Purificação.

Ele reuniu um vasto conhecimento nas áreas de Geologia, Geografia e Cartografia, além de ter sido um dos engenheiros sanitaristas mais importantes do Brasil, com uma vasta experiência nesta área. Em sua época trabalhou para melhorar a qualidade de vida da população das cidades por onde passou. Em Salvador, participou da criação de um projeto de saneamento básico em 1905, o que contribuiu para o desenvolvimento da cidade e permitiu um melhor aproveitamento e uso do solo urbano.

Apesar de passar por diversas dificuldades para se estabelecer em uma sociedade baseada na escravidão, sendo negro e filho de escrava, Sampaio passou a ser respeitado e bem

relacionado no meio político e social alcançando prestígio na classe dominante e fazendo muitos amigos, entre eles Wanderley de Araújo Pinho, influente político baiano que atuou como deputado federal e prefeito da cidade do Salvador.

Antes de concluir seus estudos Sampaio começou a trabalhar no Museu Nacional, em 1875, como encarregado dos trabalhos gráficos. É quando conheceu diversos cientistas que iriam influenciar bastante em sua carreira. Entre esses cientistas Sampaio conheceu o geólogo americano Orville Derby.

Em 1879, Sampaio iniciou sua carreira participando da comissão composta por especialistas que deveriam estudar e propor obras para a melhoria dos portos e navegação de rios brasileiros. Nessa comissão, Sampaio atuou fazendo registros geográficos e cartográficos em seu diário sobre a expedição.

Depois de concluir os trabalhos da comissão hidráulica, Sampaio retorna em 1882 para a Bahia e assumiu o posto de engenheiro de campo, realizando o trabalho de prolongamento da linha férrea Bahia ao São Francisco, projetada para atravessar o sertão, ligando a capital do estado da Bahia a Juazeiro. Também na Bahia foi nomeado como engenheiro chefe da comissão de desobstrução do Rio São Francisco, onde ficou até receber o convite do geólogo Derby para trabalhar com ele em novo projeto na cidade de São Paulo.

Ao retornar à cidade de São Paulo, realizou vários estudos para o saneamento da cidade, e logo em seguida foi nomeado engenheiro chefe da Companhia Cantareira, onde permaneceu até 1892. Depois aceita o convite do governador de São Paulo, Vicente de Carvalho para ocupar o cargo de engenheiro sanitaria e consultor técnico na Secretaria do Interior, onde atuou durante seis anos construindo hospitais de isolamento e institutos de higiene na cidade.

De 1898 a 1903 exerceu a função de engenheiro chefe do serviço de saneamento do estado de São Paulo, promovendo e organizando os serviços de águas e esgoto da cidade, além de obras de saneamento em diversas cidades do interior do estado, onde preparou a infraestrutura urbana e sanitária necessária.

Sampaio retornou para a Bahia, com uma carreira sólida, reconhecida nacionalmente, além de um vasto conhecimento na área de urbanismo que poderia ser aproveitado pela administração pública local. A chegada dele coincidiu com a realização de uma concorrência pública promovida pela prefeitura municipal da cidade do Salvador no dia 08 de novembro de 1904, para escolher o projeto para novo sistema de abastecimento de água e construção do sistema de esgoto, visando melhorar a infraestrutura e a qualidade de vida da população.

A empresa de Theodoro Sampaio apresentou uma proposta para realização dessas obras, que foi aceita pela prefeitura. O contrato foi assinado no dia 19 de maio de 1905 e concluído em 1910. No entanto, o autor Antonio Heliodorio Sampaio (1999) alerta que, Theodoro Sampaio já demonstrava preocupação com a infraestrutura, saneamento, habitação e com o espaço público da cidade:

O Engenheiro Theodoro Sampaio, em 1905, já apontava as deficiências de infra-estruturação da cidade e, no seu relatório, desenvolve um esquema ou proposta para Salvador enfatizando como características essenciais da cidade moderna: o saneamento, o embelezamento e a comunicação. Nesse plano de intervenção, são prioridades a habitação, o saneamento e o espaço público, sugerindo um esquema viário com “forma elegante”. (SAMPAIO, 1999, p. 168).

Lima (1981) aborda que no contrato com a prefeitura da cidade do Salvador foi definida a divisão da rede de esgoto em quatro distritos, conforme uma das cláusulas do contrato. Essa área a que se restringia a cláusula correspondia neste momento à ocupação reduzida da cidade, ainda em fase inicial de urbanização é limitada em sua maior parte entre a Cidade Baixa e a Cidade Alta. “Assim o primeiro distrito abrangia a cidade baixa na antiga zona comercial, o segundo a cidade alta, o terceiro, parte extremo sul da cidade, do bairro da Vitória até a Barra, e, o quarto, o extremo norte, compreendendo o Bonfim e Itapagipe” (LIMA, 1981, p. 30).

Theodoro Sampaio também contribuiu para o desenvolvimento e produção do espaço urbano da cidade do Salvador com outros trabalhos, que segundo Lima (1981) foram: “[...] reconstrução da Faculdade de Medicina, da nova fachada da igreja da Vitória e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Dirigiu a construção do Instituto Clínico, do pavilhão para tuberculosos no Hospital Santa Isabel e do Liceu Salesiano do Salvador”. (LIMA, 1981, p. 30). Além dos trabalhos na área de engenharia, ele também foi presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) em 1922, e atuou na política como Deputado Federal pela bancada baiana, ocupando a vaga de Octávio Mangabeira de 1927 a 1929.

Theodoro Sampaio escreveu artigos para jornais, livros como “O tupi na geografia nacional” em 1901, “O rio São Francisco e a chapada Diamantina” em 1906, e a obra “História da Fundação da Cidade do Salvador” lançada em 1949 postumamente. Ele escreveu também o Relatório do Abastecimento de Águas da Bahia em 1905. E prosseguiu com seus trabalhos como engenheiro e atendeu a uma solicitação de Manoel Dias da Silva, que gostaria de dividir uma parte de sua propriedade, a Fazenda Pituba, e fazer um loteamento. A solicitação resultou no relatório dos estudos e projetos para o Loteamento Cidade da Luz em 1919.

Através desse relatório surgiu o primeiro loteamento do bairro da Pituba. Neste relatório Sampaio (1919) apresentou um estudo detalhado sobre a área onde seria construída futuramente o Loteamento Cidade da Luz. Para esse loteamento, ele pensou nos mínimos detalhes, estudou os aspectos físicos da área, os tipos de solo, os recursos naturais, a infraestrutura, o saneamento básico, a inclusão de equipamento de uso coletivo, os meios de transporte, a largura e extensão das ruas além da divisão das quadras e lotes que iriam fazer parte desse bairro.

A área onde seria construído o loteamento foi dividida em planície e colinas de pequena elevação. Da parte mais alta poderia ser observada a paisagem de frente para a orla atlântica, e na parte baixa próximo ao mar foi aproveitada para projetar as avenidas mais importantes para o loteamento.

Destacam-se neste relatório alguns aspectos relevantes, como o estudo sobre o solo onde seria instalado o novo loteamento. Pois permitiu conhecer os tipos de solo existente no local visando um melhor aproveitamento e ao mesmo tempo contribuir para a segurança das habitações, identificando as áreas mais estáveis, “O solo na Pituba é, no geral; arenoso na planície e argilo-arenoso nos terrenos convisinhos mais altos” (SAMPAIO, 1919, p. 4). Em sua pesquisa também identificou existência do granito, um tipo de rocha que poderia ser explorada.

Em relação aos recursos naturais, Sampaio (1919) fez uma investigação minuciosa sobre as fontes de água existentes, informou que o novo loteamento teria água potável o suficiente e que não haveria necessidade de procurar o serviço público para o abastecimento dos futuros moradores, precisando somente melhorar a forma para fazer a reserva desse recurso. “Nessa altura, a água potável é abundante e pode ser capitada com vantagem para o abastecimento local”. (SAMPAIO, 1919, p. 5).

O relatório também apresentava como atrativo a facilidade de acesso aos pescados existentes como a cavala, o olho de boi, o vermelho, o mero e o xaréu. “Na localidade, os produtos do mar eram variados e abundantes. O peixe da melhor qualidade [...]”. (SAMPAIO, 1919, p. 5), sendo mais uma forma de incentivar a chegada de novos moradores para o loteamento.

Segundo Sampaio (1919), na área existia uma diversidade de árvores como quixabeiras, jenipapeiros, sucupiras, palmeiras de vários tipos, juazeiros, bromélias, cajueiros, coqueiros e dendezeiros, entre outras, que infelizmente foram devastadas em sua maioria, devido ao intenso processo de urbanização do bairro, restando atualmente preservada a área do Parque da Cidade Joventino Silva.

Sampaio (1919) estudou a topografia do terreno do loteamento para fazer os serviços de nivelamento do solo, observou o clima, a ventilação, a exposição solar, sugeriu que fossem feitos serviços de drenagem, esgotos e incineração do lixo. Ele projetou um cemitério; uma olaria para fabricação de tijolos e telhas, tendo em vista que a argila para produção poderia ser encontrada no próprio local; um depósito para materiais de construção; uma escola, entre outras construções que iriam ajudar no processo de ocupação desse bairro e contribuir para que os moradores não precisassem se deslocar para o centro da cidade que era distante.

À medida que o loteamento fosse se desenvolvendo a circulação de carros também aumentaria. Pensando em uma melhor mobilidade no local, ele definiu a largura das ruas, das calçadas e dos passeios do loteamento. Para Sampaio (1919, p. 7), “[...] tudo isso exige espaço suficiente, que só com fixar-se em 16 metros a largura da rua, se pode ter por atendido, repartindo-se essa largura em duas partes iguais, uma para a calçada e outra para passeio (quatro metros a cada um)”. Na planta do arruamento, na figura 6, apresenta-se a divisão do loteamento em quadras e vias de circulação.

Figura 6 - Planta do arruamento de uma cidade nova na Pituba (Cidade da Luz)



Fonte: Sampaio (1919).

Sampaio (1919) definiu a primeira rua longitudinal localizada ao longo da praia, e a chamou de avenida Beira Mar, com 16 metros de largura e uma extensão de 1.480 metros de comprimento que hoje faz parte da avenida Octávio Mangabeira. No entanto, o eixo principal de todo sistema do arruamento seria a avenida que mais tarde recebeu o nome de Manoel Dias da Silva, com 24 metros de largura e 1.443 metros de extensão. “O projecto no seu contexto

apresenta dez ruas longitudinaes, paralelas á linha da costa, sendo algumas das quaes denominadas avenidas, e quinze transversaes perpendiculares ás primeiras”. (SAMPAIO, 1919, p. 7).

Sampaio (1919) também fez referência aos meios de transporte para a Cidade da Luz, achando indispensável para alcançar o desenvolvimento da área o prolongamento da linha de bondes da Companhia Linha Circular até o local. Para isso, ele sugeriu que a linha de bonde deveria ser estendida até o centro do local, podendo os trilhos correr ao longo da avenida Beira Mar até a sua extremidade e retornando pela avenida principal até a Amaralina.

No que diz respeito às praças do loteamento, ele fez o projeto visando construir três praças, estava programada a construção de uma praça a 457 metros do início da rua principal do lado da Fazenda Ubarana (Amaralina) a praça (a atual Praça Brasil), que seria circular com o diâmetro de 70 metros; a segunda praça projetada seria a da Capela de Nossa Senhora da Luz, de forma aproximadamente retangular, com 80 metros de comprimento por 40 metros de largura.

A terceira praça seria a do jardim Itaipara considerado por Sampaio como o ponto de maior atração do loteamento, ficaria próximo a Praça Nossa Senhora da Luz entre as avenidas principais do bairro. Mas não constou na Lei nº 1664 em 02 de dezembro de 1964 que regularizou os nomes das ruas e praças do loteamento Cidade da Luz, confirmando que nem todas as ações sugeridas por Sampaio foram concretizadas, e o bairro perdeu um espaço que seria livre para o lazer, “[...], o Jardim Itaipara, lançado em meia encosta da collina e construído a modo dos jardins ingleses com gramados extensos e arvoredos esparsos e distribuidos com arte [...]”. (SAMPAIO, 1919, p. 10).

O relatório também fez referência à capela antiga e a necessidade de construir uma nova, que de acordo com Sampaio (1919, p. 16), “[...] a velha capelinha de N. S. da Luz, onde está não satisfaz por completo ao que de um templo requer uma cidade nova”. A capela que havia na área era antiga, e ficava nas dependências da Fazenda Pituba e com a chegada do novo loteamento essa pequena capela seria insuficiente para atender aos novos moradores.

Outra parte muito importante do relatório de Sampaio (1919) foi a divisão das ruas, das quadras e dos lotes, privilegiando o conforto dos moradores e o desenvolvimento futuro da área. Para isso, pensou em lotes regulares com 10mx30m em uma área total de 300m<sup>2</sup> cada, diferente da aprovada pela prefeitura em 1932 com lotes de 360m<sup>2</sup>, o que levou também ao aumento da área do loteamento para 498.860m<sup>2</sup>, maior que a sugerida em 1919 que seria de 412.590m<sup>2</sup>. Sampaio planejou ruas espaçosas e bem ventiladas, divididas em quadras com

boa exposição solar, espaço suficiente para quando acontecesse o aumento do número de pessoas e a ampliação da circulação de automóveis no local.

Muito do que Sampaio projetou para a Pituba foi seguido, principalmente em relação à divisão das quadras e a largura das ruas do Loteamento Cidade da Luz, que serviram como referência para os loteamentos seguintes que completaram o processo de produção do espaço urbano desse bairro. No entanto, nem tudo que foi sugerido foi atendido como a construção do cemitério, a olaria, o sistema para incineração de lixo, o jardim Itaigara, entre outros.

O fato de não ser implantado tudo o que Sampaio planejou para o loteamento Cidade da Luz, pode ter sido em decorrência da necessidade de investimentos em terrenos que seria de uso coletivo. Sampaio ficou conhecido nacionalmente, contribuiu para o desenvolvimento do estado da Bahia e em especial para a cidade do Salvador. Faleceu em 15 de outubro de 1937 aos 82 anos, na cidade do Rio de Janeiro, deixando uma fantástica história de vida e vários exemplos de projetos bem sucedidos como o do bairro da Pituba.

### 3.3 ORIGENS HISTÓRICAS DO BAIRRO DA PITUBA

O bairro da Pituba juntamente com os bairros do Itaigara e do Caminho das Árvores, faziam parte da área da Fazenda Pituba, que pertencia à antiga Freguesia de Brotas. Em seus estudos para o Projeto da Nova Cidade da Luz, Sampaio (1919, p. 1) definiu a Pituba como sendo uma “[...] antiga localidade da costa oceânica, chamada Pituba, do nome de um pequeno ribeiro que ahi desagua fica no Oriente desta capital e della distante 7 ½ quilômetros pelo trajeto mais curto”. Em tupi-guarani a palavra Pituba significa brisa, sopro, hálito, bafo, exalação.

No começo do século XX, o bairro era apenas uma área localizada na periferia da cidade do Salvador, mas a origem das terras onde hoje se encontra o bairro vem desde a época do primeiro Governo Geral do Brasil. Tomé de Souza chegou ao país com a missão de erguer uma cidade-fortaleza, a cidade do Salvador fundada em 1549. Mas também era responsável em fazer doações de terras, e segundo Teixeira (1978), o Conde de Castanheira em petição demonstrou interesse em ter terras na Bahia. Entre a área de interesse do Conde estavam as terras que faziam parte o atual bairro da Pituba. Tomé de Souza atendeu ao pedido e fez a doação em 29 de abril de 1552 das terras pedidas.

Depois de passar várias gerações na família Castanheira, as terras baianas doadas aos seus antepassados sofreram novas alterações, e em 11 de julho de 1674 vai para o 2º Marquês de Cascais. Na sequência, as terras e a herança vão para Maria José, a Marquesa de Niza.

Conforme Teixeira (1978, C. III, p. 6) “[...] na casa dos marqueses de Niza vão, assim, parar as terras já agora nominadas das fazendas Paciência, Santa Cruz, Alagoa (que mais tarde, veio a se chamar Amaralina), Ubarana, Pituba e Armação do Saraiva”.

Finalizando com Eugênia Maria, a viúva do neto da Marquesa de Niza que insatisfeita com os baixos rendimentos recebidos com o aforamento das terras decide vender ao Capitão Tomás da Silva Paranhos o domínio útil de todas as terras que vinham em sua família, sendo a escritura de venda assinada no dia 07 agosto de 1839.

Inácio da Cunha Menezes, o Visconde do Rio Vermelho, foi o próximo proprietário da Fazenda Pituba, e ao morrer em 16 de janeiro de 1850, já com domínio direto das terras pertencente a Tomás da Silva Paranhos inclusive a área da Fazenda Pituba, deixou como herança a seu filho José Félix da Cunha Menezes, que ao morrer em 1881 deixa a herança para a viúva e os filhos. Que em seguida vende para Manoel Dias da Silva, um rico comerciante português estabelecido no Brasil “[...] a partir daí é que, por compra, boa parte da gleba se transfere à propriedade de Manoel Dias da Silva, em poder de cuja família se processou o Loteamento Cidade da Luz.” (TEIXEIRA, 1978, C. III, p. 12).

Após a ida de Manoel Dias da Silva a Portugal para cuidar de problemas de saúde, as terras foram deixadas como herança para seu cunhado e esposa, Joventino Pereira da Silva e Alcina Guimarães da Silva, que tomaram posse da Fazenda Pituba e que foram responsáveis pelo processo de desenvolvimento do bairro tomando como base a antiga capela Nossa Senhora da Luz que serviu como ponto de partida para a confecção da planta para lotear a área projetada por Theodoro Sampaio, em 1919.

Segundo Teixeira (1978), embora Theodoro Sampaio tenha feito a planta do Loteamento Cidade da Luz para dar início ao processo de ocupação do bairro da Pituba no começo do século XX, em 1865, José Felix da Cunha Menezes já demonstrava a intenção de urbanizar essa área que pertencia a sua família.

O bairro da Pituba teve seu processo de ocupação inicial, a partir da venda de lotes da Fazenda Pituba. No início do século XX, ainda era uma área em transição de rural para urbana, que abrigava uma vila de pescadores em sua porção litorânea, com algumas produções agrícolas, um grande coqueiral no seu interior e uma vegetação esparsa com várias espécies de árvores frutíferas.

No início da ocupação, o bairro possuía pouca inserção no contexto urbano da cidade do Salvador, constituindo-se em uma grande reserva de terras para futuras ocupações, distante do núcleo residencial da cidade. Por isso, ainda não permitia aos locatários ou proprietários o



estabelecimento contínuo nessa área como primeira residência, organizando-se uma área destinada a veraneio e segunda residência, em processo lento de ocupação.

No final da década de 1920, os jornais já abriam espaço para falar da Pituba, por ser bastante procurada, como mostra um trecho da reportagem do Jornal A Tarde do dia 06/12/1929, “Já na Pituba se construíram alguns ‘Bungalows’, sendo o transporte feito presentemente, em bondes da Circular, até Amaralina, e dahi em diante em Marinetes ou automóveis, em viagem de poucos minutos. E na risonha estação, não se encontra uma casa, sequer, vazia” (JORNAL A TARDE, 06/12/1929).

Neste período, o bairro da Pituba começava a ser visto como mais uma opção para moradia, pois as pessoas começavam a ver uma oportunidade de construir habitações de bom gosto, com casas modernas e luxuosas, em ruas largas e arborizadas. Com a ocupação da área surgiram necessidades de infraestrutura, por isso que em 1929 os ocupantes do local já passavam a solicitar do poder público, os serviços necessários como iluminação, água, esgoto e melhores condições de transporte. A Figura 7 retirada da reportagem mostra as construções do início da ocupação do bairro da Pituba:

Figura 7 - Antigas formas de habitações do bairro da Pituba: os “Bungalows”



Fonte: Jornal A Tarde, 06/12/1929.

Mesmo sendo considerado um local periférico, distante do centro da cidade e com dificuldade de acesso, o bairro era uma alternativa para fugir dos altos preços dos terrenos praticados nos bairros mais antigos e ao mesmo tempo uma oportunidade para adquirir

terrenos mais amplos, possibilitando uma melhor qualidade de vida para a família, ainda que enfrentassem a precariedade dos serviços básicos.

A vida, de si mesma agitada e cara, na cidade vae exigindo, com insistência que dia a dia se accentua, que a população, pelas suas classes pobre, médias e até ricas, procurem onde morar com relativo conforto, já pelas dificuldades e preço exorbitante dos terrenos no centro da capital. (JORNAL A TARDE, 1929).

Com o passar do tempo a Pituba ficou mais atrativa e algumas medidas da iniciativa pública colaborou para isso, como a construção da Estrada Amaralina-Pituba em 25 de março de 1928, o que facilitou a chegada e a saída do local, e a inauguração da iluminação elétrica em 1930 contribuindo para atrair futuros moradores, pois quanto melhor a infraestrutura mais fácil para morar. Segundo o Jornal A Tarde, do dia 07 de fevereiro de 1930, “[...] é a Pituba um dos melhores pontos de veraneio da nossa capital, senão mesmo de moradia, faltava, entretanto, à excelente praia meios indispensáveis de conforto” (JORNAL A TARDE, 1930).

Até a década de 1950, havia duas possibilidades de acesso à Pituba. Ou se chegava via Brotas, passando pelos morros do atual bairro do Itaigara, ou pegava-se um bonde na Praça da Sé com destino ao Rio Vermelho e descia no Largo de Amaralina no antigo quiosque das baianas, depois poderia fazer o resto do percurso caminhando pelas trilhas de areia. Aos poucos algumas famílias já podiam fazer o percurso de carro, mas enfrentavam dificuldades para conseguir comprar o necessário no local. Tinham que trazer tudo que precisavam, pois no início da ocupação não dispunham de serviços básicos. Segundo Lima (1985), a Pituba era caracterizada na época como:

Um vasto campo, quase despovoado, tendo, aqui e ali, alguma casa de recente construção e ainda muitas ‘casinhas de palha’, moradas de pescadores, seus primeiros habitantes. Edifícios eram pouquíssimos, de três andares, no máximo, de linhas comuns, pouco atraentes, pouco elegantes, predominava em toda extensão, vasta plantação de coqueiros de elevada altura, que povoavam colinas e vales. (LIMA, 1985, p. 39).

A partir do momento em que o bairro da Pituba deixa de ser considerado como simplesmente uma opção de veraneio e segunda residência, e passou efetivamente a servir como moradia, o poder público ficou obrigado a intervir constantemente no espaço para promover melhorias que visavam a melhor qualidade de vida de sua população. Surgiram necessidades de implantação de infraestrutura e serviços básicos, e os moradores exigiram ser atendidos em suas solicitações, como mostra a reportagem do Jornal A Tarde, do dia 08 de julho de 1966:

Ali, todas as ruas têm nomes dos Estados brasileiros e respectivos territórios da Federação. São ruas largas, claras, ventiladas, nas quais encontramos as mais belas e modernas casas residenciais da nossa cidade, mas nas quais infelizmente falta tudo o mais: calçamento, iluminação, esgoto e arborização. De todas as ruas, só uma a Rua Bahia possui calçamento, e isto mesmo porque conduz a Escola Militar. (JORNAL A TARDE, 1966).

Segundo a reportagem do Jornal A Tarde de (1966), mesmo insatisfeitos com as dificuldades existentes no bairro como a falta de água e ruas não pavimentadas observadas na (figura 08), os moradores tinham a opinião de que aquele era o melhor bairro residencial da cidade do Salvador, e também o de maior futuro, e que aos poucos iriam acontecer os melhoramentos de que necessitavam, o que o tornaria o melhor local residencial de Salvador.

Figura 8 - Dificuldades enfrentadas pelos moradores



Fonte: Jornal A Tarde, 08/07/1966 e 04/10/1977.

Segundo a reportagem do Jornal A Tarde (1966), havia no bairro um supermercado inaugurado em fevereiro de 1966, padarias, açougues, armazéns e bares, mas não existia ainda neste ano uma farmácia no local.

Ainda segundo a mesma reportagem, em 1966 no bairro da Pituba existia apenas a Escola Nossa Senhora da Luz, fundada em 1958 e localizada na avenida Manoel Dias da Silva, conveniada com o Governo do Estado da Bahia que na época atendia a 435 alunos no curso primário e 44 alunos no curso ginásial. Os alunos carentes vinham de bairros próximos

como Boca do Rio, Santa Cruz e da Estrada de Brotas. Atualmente, a escola localiza-se na Rua Rio Grande do Sul, em terreno cedido por Joventino Pereira da Silva.

Já no final da década de 1960, Nelson Oliveira, prefeito da cidade do Salvador iniciou as obras para asfaltar as ruas do bairro que estavam em pleno processo de transformação com a construção da nova estrada Brotas-Pituba (atual avenida Antônio Carlos Magalhães).

O processo de ocupação e expansão do espaço urbano do bairro da Pituba continuou com uma série de loteamentos aprovados a partir da década de 1960 que serviram para consolidar a ocupação da área como: o Parque Nossa Senhora da Luz aprovado em 1964, o Jardim Pituba em 1970 (inclusive o Parque Júlio Cesar), a ampliação da Cidade da Luz aprovado em 1970, o Aquarius em 1973 e o Vela Branca em 1975. Além da aprovação dos diversos loteamentos no bairro da Pituba, também foram aprovados os loteamentos Caminho das Árvores em 1974 e Itaigara em 1975 que atualmente fazem parte dos 163 bairros da cidade do Salvador, mas que anteriormente faziam parte da área da Fazenda Pituba (SALVADOR, 1976b).

Mesmo passando por uma série de transformações em seu espaço urbano, o bairro da Pituba manteve uma população com alto poder aquisitivo, confirmada pelos dados do censo do IBGE (2010) que coloca o bairro com o quinto maior rendimento médio mensal da cidade do Salvador. A Pituba consolidou-se como um importante bairro residencial e uma área de concentração de atividades de comércio e serviços, tornando-se cada vez mais atrativo ao deixar de ser uma área apenas destinada ao veraneio para tornar-se um dos principais bairros da cidade.

### 3.4 O LOTEAMENTO CIDADE DA LUZ

A criação deste loteamento foi pensada por Theodoro Sampaio que detinha um grande conhecimento sobre diversos temas. Esse projeto não seria só de um loteamento, constituiria um novo bairro em uma área da periferia da cidade do Salvador, indicando que o caminho para o crescimento da cidade também passava pela orla atlântica. Sampaio aceitou fazer o projeto de um bairro que se localizaria em uma área de difícil acesso, distante do centro antigo da cidade, mas que apresentava como um dos principais atrativos a sua localização por estar em uma grande área de vegetação e próximo à orla. A figura 09 apresenta a delimitação do Loteamento Cidade da Luz, que na atualidade se constitui em uma parte importante do bairro da Pituba.

Figura 9 - Delimitação do Loteamento Cidade da Luz



Fonte: Google Earth (2017).

Os nomes das ruas do loteamento Cidade da Luz somente foram oficializados através do Decreto Lei nº 1664 em 02 de dezembro de 1964. Este decreto determinou que fosse dividido o loteamento, e como rua principal foi definida a avenida Manoel Dias da Silva. Mais as ruas: Minas Gerais, Alagoas, Pará, Maranhão, Piauí, Paraíba, Espírito Santo, Goiás, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Bahia, Paraná, Santa Catarina, Território do Acre, São Paulo, Amazonas, Ceará e Sergipe, que se localizam paralelas e transversais à avenida Manoel Dias da Silva. Este mesmo decreto de 1964 também oficializou o nome das praças existentes no loteamento como: Praça Brasil, Praça Belo Horizonte, Praça da Luz e Praça Marconi.

O loteamento Cidade da Luz foi privilegiado porque desde o início de sua formação houve uma preocupação com os espaços públicos livres para o lazer, como as praças, que foram criadas como equipamentos de recreação com uso destinado a atividades como caminhadas, passeios com animais, entre outras atribuições que favoreciam a convivência social entre seus moradores e visitantes. Tais praças estão localizadas na figura abaixo:



Figura 10 - Localização das praças do Loteamento Cidade da Luz



Fonte: Google Earth (2017).

No início do loteamento Cidade da Luz, a praça Nossa Senhora da Luz localizada em frente à igreja entre as avenidas Manoel Dias da Silva e Octávio Mangabeira funcionou como o ‘coração’ do loteamento desde a sua formação sendo usada como ponto de encontro e lazer pelos moradores. Segundo Andrade (2005, p. 62), “[...] o núcleo da nova ocupação era a Praça Nossa Senhora da Luz, no entorno da qual estavam 52% das construções do local [...]”. Ao redor da praça que o loteamento começou a se desenvolver dando origem a esse imenso bairro que é a Pituba.

Em 1949, iniciou-se a construção da Igreja Nossa Senhora da Luz, em terreno doado por Joventino Pereira da Silva e sua esposa Alcina Guimarães da Silva, para devoção à Nossa Senhora da Luz e inaugurada em 9 de julho de 1960, sendo entregue aos cuidados da Ordem Mercedária.

A Praça Brasil está dividida pela avenida Manoel Dias da Silva ficando nos dois lados desta avenida, próximo a Rua Paraíba. Projetada por Theodoro Sampaio para ser uma praça circular, ficou assim durante muito tempo, inclusive em 1966 tinha ao centro a estátua Flora, conforme representada na figura 11. Até ser dividida com a reforma da avenida Manoel Dias da Silva em 1968, quando essa avenida ganhou duas pistas e um canteiro central que cruzavam a praça.

Figura 11 - Estátua de Flora



Fonte: Jornal A Tarde, 08/07/1966.

A Praça Belo Horizonte está localizada na Rua Rio Grande do Sul, entre as ruas Amazonas e São Paulo e a Praça Marconi está localizada entre as ruas Amazonas e Bahia em frente à Agência Central dos Correios da Pituba.

Ainda que consideradas como locais de encontros da sociedade, às praças atualmente, já não exercem a mesma importância do início da ocupação do loteamento, pois não atraem os moradores devido à alta circulação de veículos; a degradação das estruturas e equipamentos de uso coletivos; a falta de manutenção tanto por parte do poder público como da própria população e o uso inadequado como forma de moradia pelos moradores de rua. Assim como, a concorrência com a tecnologia que virtualizou o convívio social e a violência que desmotiva a circulação das pessoas em ambientes públicos. Na figura 12, tem-se a representação de algumas das praças do bairro da Pituba:

Figura 12 - Praças do loteamento Cidade da Luz



Fonte: Marta Almeida (2015).

Este loteamento dentro do bairro na Pituba surgiu de forma empreendedora e criativa, dando possibilidade ao desenvolvimento de casas de veraneio a uma população de maior poder aquisitivo que uma vez instalada poderia promover o crescimento e a evolução do loteamento que ficava distante da comodidade da prestação de serviços disponíveis no centro da cidade do Salvador. Ou seja, um ponto de partida para o desenvolvimento do bairro da Pituba.



## 4 O BAIRRO DA PITUBA

Neste capítulo são apresentadas algumas variáveis relacionadas à renda, cor/raça, infraestrutura urbana entre outros indicadores com os objetivos de verificar o perfil socioeconômico da população do bairro da Pituba. Destacou-se as funções exercidas na atualidade pelo bairro buscando-se apresentar as principais que são a residencial e a direcionada ao comércio e serviços, também são apresentadas as principais formas de ocupação do solo no bairro. Para finalizar o capítulo foram apresentados os principais agentes responsáveis pela produção do espaço urbano desse bairro, com destaque para os agentes públicos e suas ações, que usando os recursos públicos contribuíram para impulsionar o desenvolvimento do bairro da Pituba.

### 4.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO

Os dados utilizados para análise do perfil socioeconômico da população do bairro da Pituba foram obtidos do Censo (IBGE, 2010) e do Painel de Informações da CONDER (2016). Foram apresentados alguns dados referentes à população como: o rendimento dos responsáveis por domicílios, população residente por cor/raça, perfil de longevidade entre residentes, total de domicílios permanentes no bairro da Pituba, total de domicílios particulares permanentes por tipo de infraestrutura urbana na Pituba.

Segundo o IBGE (2010), a cidade do Salvador contava com uma população de 2.675.656, com uma densidade demográfica de 3.859,44 (hab/km<sup>2</sup>), enquanto o bairro da Pituba contava com uma população de 65.160 moradores, apresentando a densidade demográfica de 17.189 (hab/km<sup>2</sup>), sendo o terceiro bairro mais populoso do município perdendo apenas para os bairros de Brotas com 70.158 e Itapuã com 66.961 habitantes. Em 2010, a cidade do Salvador apresentou um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) classificado como alto, enquanto a Pituba apresentava índices maiores, classificados como muito alto, segundo dados da CONDER (2016).

Os responsáveis por domicílios do bairro da Pituba em 2010 apresentavam um rendimento médio mensal de R\$ 7.513,1 segundo dados do CONDER (2016), ocupando uma posição de destaque e ficando entre os bairros com maior rendimento na cidade do Salvador. Neste mesmo período o rendimento médio dos responsáveis por domicílios da cidade do Salvador era de R\$ 1.452,0 cinco vezes menor se comparado com a Pituba.

Em relação ainda a rendimento médio o primeiro lugar em 2010 era ocupado pelo bairro de Patamares que apresentava uma população residente dez vezes menor que a do

bairro da Pituba, com rendimento médio igual a R\$ 12.294,3. Enquanto o bairro de Itapuã apesar de ter uma população superior, apresentou um rendimento médio mensal três vezes inferior ao bairro da Pituba, não sendo diferente se comparado com o rendimento do responsável pelo domicílio em salário mínimo, onde a Pituba chega a ter 23,6 % de sua população recebendo de 10 a 20 salários mínimos, enquanto que o bairro de Itapuã não passa de 4% conforme verifica-se na tabela 1.

Tabela 1 - Rendimento dos responsáveis por domicílios - 2010

	<b>POPULAÇÃO</b>	<b>RENDIMENTO MÉDIO MENSAL (R\$)</b>	<b>DE 10 A 20 SM (%)</b>
<b>SALVADOR</b>	2.675.656	1.452,0	3,5
<b>SANTA CRUZ</b>	27.083	1.190,9	1,3
<b>ITAPUÃ</b>	66.961	2.382,2	4,0
<b>PITUBA</b>	65.160	7.513,1	23,6
<b>PATAMARES</b>	6.156	12.294,3	25,1

Fonte: CONDER (2016).

Mesmo com uma densidade demográfica elevada, a Pituba mantém uma população economicamente diferenciada, com rendimentos médios mais elevados se comparado com a maioria dos bairros da cidade do Salvador, pois dos 163 bairros existentes, a Pituba fica com entre os melhores rendimentos médios mensais segundo IBGE (2010).

Para comparar a diferença do perfil da população do bairro da Pituba em relação à cor/raça foram usados os dados coletados pelo IBGE (2010) conforme a tabela 2. Mais da metade da população do bairro se declarou branca, diferente do que acontece no bairro do Nordeste de Amaralina e Salvador onde a maioria da população se declara preta ou parda. Contextualizado através do histórico social em que a população autodeclarada branca detém melhores condições socioeconômicas.

Tabela 2 - População residente por cor/raça-2010

	<b>Salvador</b>	<b>Pituba</b>	<b>Nordeste de Amaralina</b>
<b>POPULAÇÃO TOTAL</b>	2.675.656	65.160	21.887
<b>Branca</b>	18,90%	55,5%	14,6%
<b>Preta/parda</b>	79,48%	43,1%	83,5%
<b>Amarela/indígena</b>	1,62%	1,4%	1,9%

Fonte: IBGE (2010).

Para apresentar os dados sobre o perfil de longevidade da população do bairro da Pituba foi feita uma comparação com o perfil da cidade do Salvador, apresentando-se os

percentuais das diferentes classes por idade e mais o grau de envelhecimento, conforme dados do IBGE (2010) na tabela 3. Em relação ao bairro da Pituba pôde ser observada uma maior participação de pessoas com idade superior a 65 anos se comparado com a cidade do Salvador.

Tabela 3 - Perfil de longevidade entre residentes

	<b>SALVADOR</b>	<b>PITUBA</b>
<b>ATÉ 14 ANOS</b>	20,66%	12,30%
<b>DE 15 A 64 ANOS</b>	73,20%	76,28%
<b>65 ANOS OU MAIS</b>	6,14%	11,40%
<b>GRAU DE ENVELHECIMENTO</b>	29,71	92,72

Fonte: IBGE (2010).

O bairro da Pituba entre os anos de 1991 a 2010 apresentou uma evolução positiva no que diz respeito ao aumento de domicílios permanentes nesta área, segundo os dados da CONDER (2016) na tabela 4. De 1991 para 2000 ocorreu um aumento de 43% em relação ao número de domicílios, não sendo diferente se comparado com a variação do ano de 2000 para 2010 que sofre um aumento de 46%. O que leva a perceber o crescimento dos domicílios no bairro, que na atualidade se deve mais ao processo de verticalização com a substituição das antigas construções.

Tabela 04 - Total de domicílios permanentes no bairro da Pituba

<b>ANOS</b>	<b>PERMANENTE</b>	<b>% AUMENTO DE DOMICÍLIOS</b>
<b>1991</b>	11.172	0
<b>2000</b>	16.010	43,3
<b>2010</b>	23.383	46,0

Fonte: CONDER (2016).

A tabela 5 tem como objetivo confirmar o elevado índice de urbanização do bairro da Pituba com a presença em 2010 de quase 100% dos domicílios particulares permanentes apresentando uma infraestrutura urbana compatível com a disponibilidade de serviços básicos.

Tabela 5 - Infraestrutura urbana na Pituba

<b>ANO</b>	<b>ABASTECIMENTO DE ÁGUA</b>	<b>ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>	<b>COLETA DE LIXO</b>
<b>2010</b>	99,7	99,0	99,8

Fonte: CONDER (2016).

De acordo com os dados apresentados pôde-se constatar que o bairro da Pituba, apresenta um perfil socioeconômico diferenciado se comparado com a cidade do Salvador e com outros bairros, onde seus moradores apresentam níveis de renda elevado, boas condições no que diz respeito a infraestrutura urbana entre outros. Isso mostra o quanto o bairro se desenvolveu, favorecendo uma melhor qualidade de vida dos moradores.

#### 4.2 AS FUNÇÕES: RESIDENCIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS

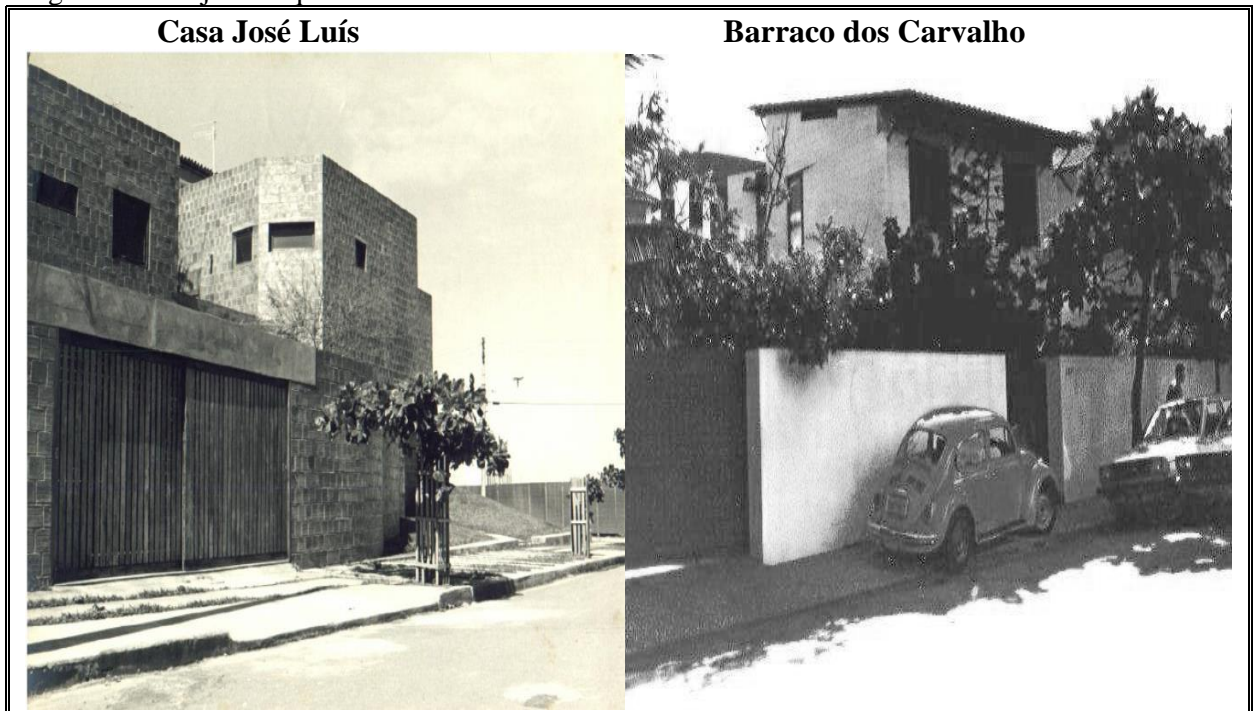
Na atualidade, o espaço urbano do bairro da Pituba apresenta uma variedade de equipamentos de saúde, educação e lazer, além de ter uma diversidade de construções residenciais como edifícios de diferentes tipologias e gabaritos, casas e algumas edificações com dois pavimentos direcionados tanto para o uso residencial como para o comercial.

O bairro da Pituba faz parte da Zona de Centralidade Municipal (ZCMu) definida pela LOUOS (SALVADOR, 2016b, p. 11), que propõe que os bairros assumam a função tanto residencial quanto de comércio e serviços, como diz o texto: “[...] porções do território que concentram atividades administrativas, financeiras, de prestação de serviços diversificados, atividades comerciais diversificadas, de âmbito municipal e regional, bem como uso residencial [...]”.

No início de sua ocupação, o bairro da Pituba manteve a função residencial, destinado para atender as necessidades de moradia de famílias de classes de renda média e alta que buscavam um maior conforto, tranquilidade além de uma maior disponibilidade de espaço para construir suas residências.

Aos poucos, o bairro se confirmou como zona residencial e com o passar do tempo foram surgindo modernas casas com alto padrão construtivo e de acabamento, como as duas belíssimas casas que foram projetadas pelo arquiteto Assis Reis nas décadas de 1960 e 1970, conforme observado na figura 13, a casa José Luís entre rua Bahia e a Rua Ceará e o Barraco dos Carvalho na rua Pará

Figura 13 - Projetos arquitetônicos de Assis Reis



Fonte: Nery (2002).

O acesso ao local é facilitado pela criação das avenidas de vale, o que contribuiu para que os terrenos ficassem cada vez mais valorizados. Com os preços dos terrenos em alta, ficou praticamente inviável a implantação de novos loteamentos ou condomínios residenciais unidomiciliares. Segundo Ross (2005):

Assim, nas áreas urbanas localizadas nos pontos centrais, o valor que os lotes vão adquirindo estimula a verticalização, ou seja, o surgimento do chamado solo criado, cada vez menos acessível às camadas de baixa renda que são obrigadas a procurar a periferia das grandes cidades para adquirir a propriedade ou para pagar aluguéis mais baratos. (ROSS, 2005, p. 435).

O processo de verticalização no bairro da Pituba começou a surgir na década de 1970, a partir da construção da avenida Antônio Carlos Magalhães que permitiu mais uma forma de acesso ao bairro e a vinda de grandes empreendimentos imobiliários para a área. O bairro começou a receber vários imóveis direcionados ao uso residencial, com padrão construtivo verticalizado, como o Loteamento Jardim Pituba aprovado em 1970, com 231 lotes em 21 hectares e 17 torres (conhecido atualmente como Parque Júlio Cesar), o Loteamento Parque Nossa Senhora da Luz, e outros que contribuíram para o processo de verticalização do bairro da Pituba. O resultado desse processo pode ser observado na figura 14

Figura 14 - Verticalização no bairro da Pituba

**RUA AMAZONAS**

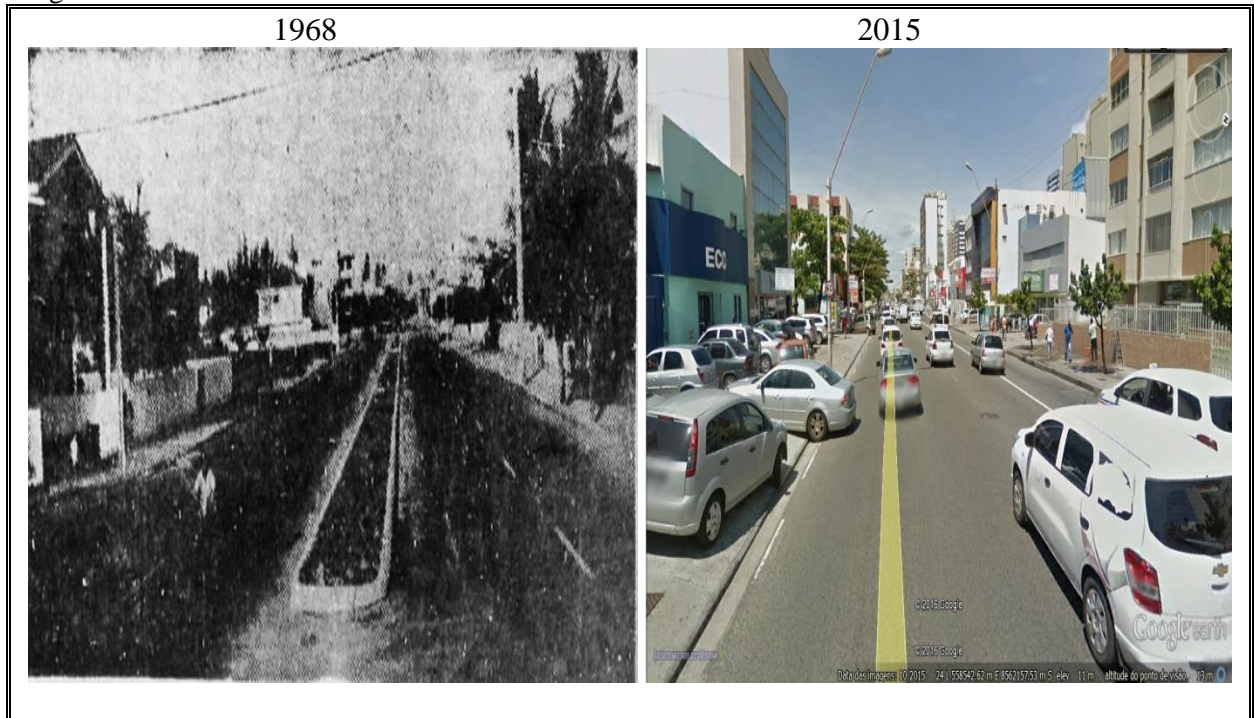
Fonte: Marta Almeida (2015).

O bairro da Pituba cresceu e transformou-se de pequenas casas destinadas ao veraneio, a uma área totalmente urbanizada, inserida no espaço urbano da cidade do Salvador. Com seu espaço ocupado por uma série de empreendimentos direcionados ao comércio e serviços, contribuindo para a intensificação do fluxo de pessoas e veículos principalmente nas avenidas Manoel Dias da Silva, Octávio Mangabeira, Antônio Carlos Magalhães e Paulo VI.

No início de sua ocupação, a avenida Manoel Dias da Silva exercia a função de via principal do bairro da Pituba. Na atualidade, estão concentrados estabelecimentos direcionados ao comércio e serviços restando alguns prédios de uso residencial. Em 1968, a avenida Manoel Dias da Silva conservava a função residencial ocupada por diversos tipos de casas sem grande circulação de veículos. Segundo a reportagem do Jornal A Tarde do dia 02/12/1968, foi entregue no dia 01 de dezembro de 1968 pela prefeitura a pavimentação asfáltica desta avenida com duas pistas e canteiro central, confirmando a transformação na forma de ocupação do bairro da Pituba, conforme observa-se na figura 15 avenida Manoel Dias da Silva em 1968 e 2015.



Figura 15 - Avenida Manoel Dias da Silva em 1968 e 2015



Fonte: Jornal A Tarde (1968) e Google Earth (2015).

O bairro apresenta uma diversidade de estabelecimentos do terceiro setor como: escolas que vão desde creches ao ensino médio, cursos, instituições de ensino superior, supermercados, agências bancárias, clínicas médicas, consultórios e hospitais, farmácias, revendedoras de automóveis, hotéis, lojas de roupas, tecidos, colchões, materiais de construção, teatros, bares, restaurantes, lanchonetes, livrarias, pequenos *shoppings*, boates, laboratórios, centros comerciais, casas de decoração, postos de gasolina, e outros, a disposição dos moradores e de toda a população da cidade do Salvador.

Vários fatores contribuíram e ao mesmo tempo facilitaram a expansão dos estabelecimentos direcionados ao comércio e serviços no bairro da Pituba, como a ocupação da área por uma população de poder aquisitivo elevado, e os muitos investimentos públicos e privados realizados no local para facilitar o acesso. Para Milton Santos (1985):

Condições similares de distribuição não asseguram, todavia, em uma área determinada, uma homogeneidade de consumo. Este depende da capacidade efetiva de aquisição, representada pela disponibilidade financeira (recursos efetivos ou créditos), mas também uma acessibilidade do bem ou do serviço demandado. (SANTOS, 1985, p. 63-64).

O bairro da Pituba teve sua ocupação inicial motivada pela busca de moradias residenciais visando a tranquilidade de seus moradores, mas com o transcorrer do tempo e o

crescimento urbano acelerado, se perdeu com a agitação da circulação de automóveis. Ao agregar a função comercial ao bairro, os moradores tiveram que se adaptar a essas transformações colaborando com o desenvolvimento local.

### 4.3 AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Este estudo mostra que a produção do espaço urbano do bairro da Pituba não se deu aleatoriamente, mas através de um conjunto de ações articuladas entre os diversos agentes sociais acumuladas através do tempo. O bairro da Pituba é atualmente o produto de um conjunto de ações planejadas pelos Proprietários Fundiários, Agentes Públicos e Promotores Imobiliários.

Para Carlos; Souza; Sposito (2012, p. 43) a produção do espaço urbano: “É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade”.

A aliança entre os diversos agentes interessados em promover o desenvolvimento e a valorização da área da Pituba, favoreceu a ocupação por famílias com nível de renda mais elevado das classes média e alta, a princípio com a intenção de construir imóveis para veraneio e segunda residência. À medida que o bairro foi se desenvolvendo e sendo dotado de infraestrutura, aconteceu a intensificação da ocupação do solo.

#### 4.3.1 Proprietários fundiários

Os proprietários fundiários contribuíram para o processo de ocupação do espaço urbano do bairro da Pituba no início do século XX, pois, juntamente com ações promovidas pelo estado colaboraram para que o bairro adquirisse uma melhor acessibilidade, infraestrutura e equipamentos básicos para o seu desenvolvimento.

A área onde atualmente existe o bairro da Pituba pertencia a Manoel Dias da Silva e Joventino Pereira da Silva, que tinham uma reserva de terras disponível em sua fazenda e planejavam ver uma parte ocupada. Eles convidaram Theodoro Sampaio, para dividir uma parte da Fazenda Pituba, fazer um loteamento e comercializá-lo, visando o desenvolvimento dessa área que na época era um local sem grandes atrativos e longe do centro comercial e de serviços, e ao mesmo tempo em busca de rendimentos financeiros.

Os proprietários fundiários foram beneficiados porque suas terras possuíam amenidades como a proximidade da praia, grandes áreas verdes, contribuindo para



valorização dessa área, e ao mesmo tempo sendo vista como uma nova opção de moradia e de veraneio para famílias da classe média onde poderiam encontrar tranquilidade. De acordo com Corrêa (2005, p. 16) “Os proprietários de terras atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerador possível, especialmente uso comercial ou residencial de *status*”.

Tais agentes começaram a promover a venda dos lotes de parte da Fazenda Pituba, e buscaram apoio das autoridades públicas do estado e do município, no sentido de requerer ações visando a melhoria da área uma época que a cidade do Salvador ainda apresentava seu maior espaço ocupado entre a Cidade Baixa e a Cidade Alta.

Após a morte de Manoel Dias da Silva, Joventino assumiu a responsabilidade de prosseguir com o loteamento das terras da Fazenda Pituba. E no dia 20 de junho de 1922 foi registrado no Cartório do 2º Ofício de imóveis da cidade do Salvador sob o número 7.719, a escritura de doação de Vitorina Pereira da Silva, viúva de Manoel Dias da Silva, dos terrenos que constituem a Fazenda Pituba a seu irmão Joventino Pereira da Silva para que desse prosseguimento ao loteamento dessas terras.

Joventino foi o responsável em dar sequência ao processo de ocupação do bairro da Pituba. Nascido em 11 de março de 1884 no estado de Minas Gerais, com dois filhos, o engenheiro Belmiro Guimarães da Silva e Judith Silva Oliveira que foi casada com o engenheiro Nelson de Oliveira.

Joventino era conhecido e respeitado pelos políticos da época, e através de sua influência buscou meios para promover seu loteamento. Ele procurava melhorias para o bairro através da ação do poder público, fazia publicidade dos lotes da Pituba nas festas do Rio Vermelho, distribuía panfletos com versos enaltecendo as amenidades ambientais do loteamento, oferecia incentivos para quem comprasse os lotes como doação de tijolos para construção, usava os recursos disponíveis na época para incentivar a venda dos lotes com o intuito de motivar a ocupação da área e colaborar para o seu desenvolvimento.

Participava de eventos com a presença de diversas autoridades como as ocorridas durante o processo de construção da Estrada Rio Vermelho até a Pituba, quando Joventino segundo a reportagem do Jornal A Tarde, do dia 10 de novembro de 1927, recebeu o governador Góes Calmon e outras autoridades como o deputado Licínio de Almeida que foram recepcionados em sua propriedade após a inauguração do início das obras para a construção da Estrada. Segundo essa mesma reportagem houve um grande empenho de Joventino para que essa obra acontecesse configurando sua importância diante da classe política baiana.

No dia 26 de março de 1928, Joventino Pereira da Silva voltou a receber em sua residência após a inauguração de um trecho da estrada de rodagem Amaralina até a Pituba (atual avenida Manoel Dias da Silva) para participar de uma recepção o governador Góes Calmon, os deputados Licínio de Almeida e Eutychio Bahia, entre outras autoridades. Esses deputados foram os autores do projeto da Câmara responsável em destinar recursos para a construção da estrada que mais tarde viria a se transformar na principal via de circulação do bairro até a década de 1950.

Além de trabalhar na venda dos terrenos do loteamento, Joventino também se dedicava a plantação de coqueiros, árvores frutíferas do pomar, horta, a criação de gado, a venda de lenha e carvão que eram usados como combustível na época, além da comercialização de vários produtos. “Pacientemente, conseguiu plantar mais de 40 mil coqueiros nos quatro quilômetros de orla marítima de Amaralina ao Jardim de Alá”. (Jornal do Brasil, 10/10/1980).

Quando aconteceram as ocupações irregulares em Santa Cruz e no Nordeste de Amaralina, Joventino buscou medidas para proteger a Fazenda Pituba e impedir a invasão de suas terras com a colocação de seguranças. O que ajudou na preservação da área para o mercado formal de habitação, somente com loteamentos regulares no local. Segundo TRAÇOS E LAÇOS (2007, p.18 apud SOUZA, 2008, p.50) “O administrador da Fazenda, Joventino Pereira da Silva, ficou conhecido na região por colocar capangas para proteger a propriedade”.

Joventino conseguiu preservar sua fazenda das ocupações informais, mas foi atuante no sentido de fazer concessões de terrenos visando o desenvolvimento da área como a doação uma área de 1.800 metros de comprimento por 50 metros de largura para ser construída a avenida que mais tarde receberia o nome de Antônio Carlos Magalhães. Essa doação aconteceu na década de 1960 quando era prefeito da cidade do Salvador seu genro Nelson de Souza Oliveira, que assumiu a prefeitura de 1964 a 1967. Foi também na gestão de Nelson Oliveira que as ruas do bairro da Pituba começaram a ser asfaltadas.

Joventino cedeu uma área de 750 mil metros quadrados, onde foi instalado o atual Parque da Cidade que recebeu o seu nome, e foi inaugurado em 1975. Ele participava de eventos como os que aconteciam na sede da Sociedade Hípica na Pituba, com o nome de Caça a Raposa na década de 1940, que era mais uma opção de lazer para os moradores.

Em 02 de abril de 1969, Joventino compareceu a inauguração do Centro Educacional Joventino Silva, que já não existe, e estava localizado no Loteamento Nossa Senhora da Luz, destinado ao ensino fundamental e projetado pelo arquiteto Assis Reis. A recepção também

contou com a presença do governador do estado e de outras autoridades que foram prestigiar o evento.

Joentino era uma figura importante no bairro, e graças a ele e suas iniciativas junto aos órgãos públicos do estado e da prefeitura que o bairro se transformou e se valorizou, com disponibilidade e grande variedade de empreendimentos comerciais e de serviços. Com trabalho cumprido, Joentino Pereira da Silva faleceu no dia 05 de outubro de 1980, aos 96 anos de idade, na cidade do Salvador.

O bairro da Pituba teve Joentino Pereira da Silva como o morador mais ilustre, e ao mesmo tempo o dono dessas terras, e como tanto, não mediu esforços em buscar para a área as melhores condições de infraestrutura, vias de circulação e equipamentos públicos e privados que ajudariam o bairro a ser o que é hoje, totalmente urbanizado. Ele usava a influência perante o poder público para trazer projetos que iriam contribuir para o desenvolvimento e a qualidade de vida dos residentes, sendo ele e seus familiares parte integrante deste bairro.

#### **4.3.2 Os agentes públicos e suas ações**

As ações dos agentes fundiários, com certeza foram importantes para evolução do espaço urbano do bairro da Pituba. No entanto, sem a ajuda dos governos municipal e estadual, o bairro não deixaria de ser um local afastado do centro antigo da cidade do Salvador. O poder público atuou promovendo condições de ocupação com a criação das vias de circulação, a regulamentação do uso do solo, o investimento em infraestrutura e equipamentos que ajudaram a valorização do espaço urbano desse bairro.

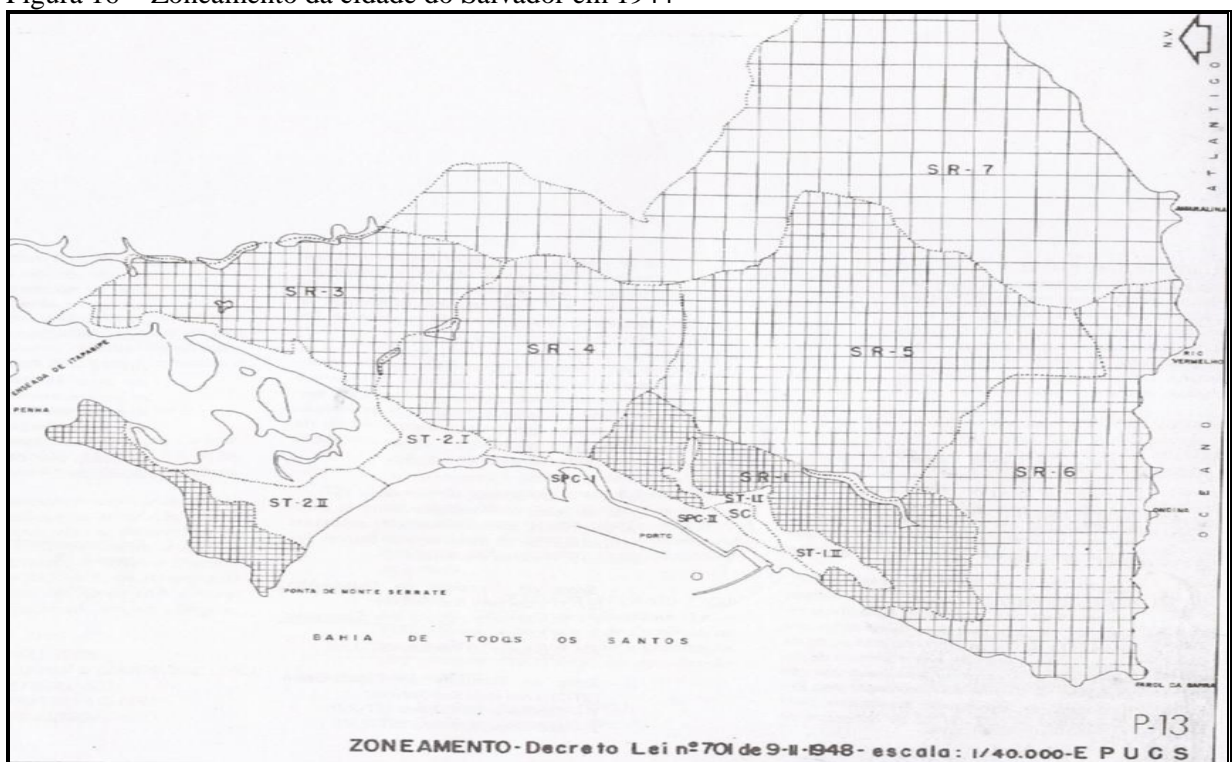
O Estado também é o responsável em dar condições para que os agentes fundiários, imobiliários e industriais possam fazer uso do solo, com a criação de obras de drenagem, abastecimento de água, saneamento básico, asfalto entre outras condições que contribuam para o melhor aproveitamento dos espaços. “O Estado, dentro dessa lógica, exerce um papel fundamental, pois mantém o controle administrativo, normativo e policiado dos espaços, [...]” (TORO, 2015, p. 10).

A Prefeitura Municipal de Salvador teve um papel determinante na organização espacial do bairro, através da elaboração de leis e normas vinculadas a regulação do uso do solo e ao implantar serviços públicos de infraestrutura entre outros serviços para facilitar a vida dos moradores. Dentre as leis e decretos que tiveram influência direta na organização do espaço urbano do bairro da Pituba, pode-se destacar a aprovação em julho de 1932 do

Loteamento Cidade da Luz direcionado ao uso residencial e comercial com 807 lotes de 360 m<sup>2</sup>, dos quais 628 lotes haviam sido ocupados até 1976.

Outra ação promovida pela prefeitura que também influenciou diretamente no desenvolvimento do bairro foi o Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS), responsável pela construção do primeiro Plano de Urbanismo da Cidade, sob a direção de Mário Leal Ferreira entre 1943 e 1947. Os trabalhos do EPUCS resultaram em uma legislação de zoneamento para a cidade, um código de urbanismo e, sobretudo na implantação das avenidas de vale, lançado como Lei Municipal nº 701/1948.

Figura 16 - Zoneamento da cidade do Salvador em 1944



Fonte: Salvador (1976a).

O primeiro zoneamento da cidade do Salvador, conforme a figura 16, considerou as diferentes funções definidas através do Decreto Lei Municipal nº 701/1948, a zona urbana era dividida em 12 setores: 01 Setor Central (SC); 01 Setor Portuário e Comercial (SPC); 01 Setor Industrial (SI); 02 Setores de Transição (ST) considerados zonas intermediárias, destinados a setores de atividades de trabalho e/ou residenciais; e 07 Setores Residenciais (SR) cujas áreas eram destinadas aos vários tipos de habitações e se classificam conforme sua densidade ou características da população (SALVADOR, 1976a).

Em relação ao zoneamento proposto pelo EPUCS, torna-se relevante para o estudo sobre o bairro da Pituba a divisão dos sete Setores Residenciais (SR) da cidade: dois de forte

densidade demográfica (SR-1 - Cidade Alta e SR-2 - Itapagipe); quatro de média densidade demográfica (SR-3- Operário, SR-4 - Norte, SR-5 - Centro, SR-6 - Sul), e o Setor Residencial-Leste (SR-7). Com a divisão dos setores residenciais a prefeitura teria condições de fazer um estudo mais detalhado da área, e ao mesmo tempo planejar ações para o desenvolvimento do local, respeitando as características físicas e sociais no momento de destinar recursos e atividades para o setor. O bairro da Pituba estava localizado no setor Residencial-Leste SR-7, considerado naquela época como de fraca densidade demográfica.

O setor Residencial-Leste SR-7, era formado por poucas habitações, chácaras, com terras disponíveis para ocupação de novas residências, o que poderia contribuir para o crescimento da cidade. E segundo Salvador (1976a), neste setor era permitido a exploração de jardim, horta ou pomar, indústria de criação de aves e animais de pequeno porte, além de ser considerado pelo EPUCS como a primeira zona de expansão da cidade.

Nesta época, o bairro da Pituba estava localizado na Freguesia de Brotas, composto por algumas ocupações residenciais, além de apresentar uma parte da área formada por reserva natural, não tinha grande importância para o cenário político e econômico da cidade do Salvador. As habitações do bairro estavam centralizadas no loteamento Cidade da Luz, o único aprovado pela prefeitura na Fazenda Pituba até esta década, pois o próximo loteamento a ser aprovado nesta área só iria ocorrer em 1964, o loteamento Parque Nossa Senhora da Luz com uma área de 144.000 metros quadrados e com 227 lotes. Em relação ao setor Residencial-Leste SR-7, a Prefeitura Municipal de Salvador (1976a) salientou que:

Sempre que exigirem as necessidades do crescimento ou expansão da cidade, a prefeitura poderá autorizar a formação, nesse setor, de novos núcleos de população mais densa, depois de cuidadoso estudo do planejamento do núcleo e de sua articulação com a estrutura geral da cidade. (SALVADOR, 1976a, p. 94).

Além deste zoneamento, o EPUCS também dedicou uma atenção especial para o sistema viário, projetando as avenidas de vale para facilitar a circulação das pessoas e dos automóveis. A construção das avenidas de vale no entorno do bairro da Pituba contribuiu para facilitar o acesso ao bairro, colaborando para a ocupação da área.

Conforme Scheinowitz (1998), foram lançadas as obras de um trecho da avenida que, mais tarde, receberia o nome de avenida Antônio Carlos Magalhães, em 1966, com comprimento total de 7.100 metros com duas pistas de 10,5 metros de largura cada uma. Além da avenida Tancredo Neves com comprimento de 2.500 metros, do Shopping Center

Iguatemi (atual Shopping da Bahia) até o início da avenida Luís Viana Filho (Paralela), e também a Avenida Magalhães Neto que foi asfaltada em 1974.

Essas avenidas ajudaram na mobilidade da cidade porque permitiram um maior fluxo de carros favorecendo o transporte individual além de contribuir para a ampliação do tecido urbano da cidade provocando o aparecimento de novos núcleos residenciais. De acordo com Bezerra (2001, p. 51): “Novos espaços foram dotados de infraestruturas pelas grandes avenidas de vale abertas no final da década de 60. Estas novas áreas ganharam a função residencial, atraindo uma classe que surgia em consequência do desenvolvimento industrial”.

O EPUCS não foi simplesmente um plano, ele chegou para mudar a estrutura urbana da cidade com uma série de intervenções planejadas para serem implantadas, criando as avenidas de vales que deram uma melhor fluidez ao sistema viário através do tráfego rápido de automóveis. O escritório estabeleceu a divisão da zona urbana da cidade em setores, dando atenção aos setores residenciais com a separação de acordo com a densidade demográfica, para permitir um estudo mais detalhado e direcionar as ações de planejamento de acordo com a necessidade de cada setor.

Na sequência de ações promovidas pelo estado, na esfera municipal, que foi de extrema importância para o desenvolvimento do bairro da Pituba, vem a aprovação da Lei nº 1038 de 15 de junho de 1960, pelo prefeito Heitor Dias. Essa lei inseriu o bairro da Pituba no subdistrito de Amaralina e fez algumas alterações na regionalização com a divisão do município de Salvador em 4 distritos: Salvador-sede, Água Comprida, Ipitanga e Madre de Deus.

O distrito de Salvador-sede ficou dividido em 20 subdistritos: Amaralina, Brotas, Conceição da Praia, Itapuã, Maré, Mares, Nazaré, Paripe, Passo, Penha, Periperi, Pilar, Pirajá, Plataforma, Santana, Santo Antônio, São Caetano, São Pedro, Sé e Vitória. O decreto lei nº 1038 também definiu as delimitações dos distritos e subdistritos do município e ao mesmo tempo dividiu o distrito de Salvador-sede em 32 bairros, abrangendo a área ocupada do território na época ainda muito reduzida, quando comparado com a situação atual, onde quase todo espaço urbano da cidade do Salvador está tomado por habitações com exceção das áreas de preservação.

Com a lei nº 1038 o bairro da Pituba passou a pertencer ao subdistrito de Amaralina formado também pelos bairros do Rio Vermelho e Amaralina. No início da década de 1960 o bairro da Pituba era limitado ao loteamento Cidade da Luz e a avenida Paulo VI, que começou a ser construída com a implantação do Colégio Militar no final da década de 1950, pois havia a necessidade de viabilizar o acesso ao interior da área onde seria construído o colégio, que

teve seu primeiro ano letivo em 1961. Em relação a delimitação do bairro da Pituba, Salvador (1960) diz que: “É a área compreendida pelo loteamento ‘Cidade da Luz’ ao longo da avenida Otávio Mangabeira, desde seu início, até a entrada da estrada que vai para o Colégio Militar.” (SALVADOR, 1960, p. 102)

Outra ação importante, foi promovida na gestão do prefeito Jorge Hage Sobrinho com a criação do Projeto Pituba. Um plano proposto pelo Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade do Salvador (PLANDURB) para a área da Pituba em junho de 1976, visando regulamentar e disciplinar o uso do solo deste local através dos seus órgãos de Planejamento, regulamentado pelo Decreto Lei nº 5065 que instituiu a Zona Homogênea da Pituba em 30 de novembro de 1976. O projeto foi executado pelo Órgão Central de Planejamento da Prefeitura de Salvador (OCEPLAN) e financiado pelo Banco de Desenvolvimento da Bahia (DESENBANCO)<sup>4</sup> e pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

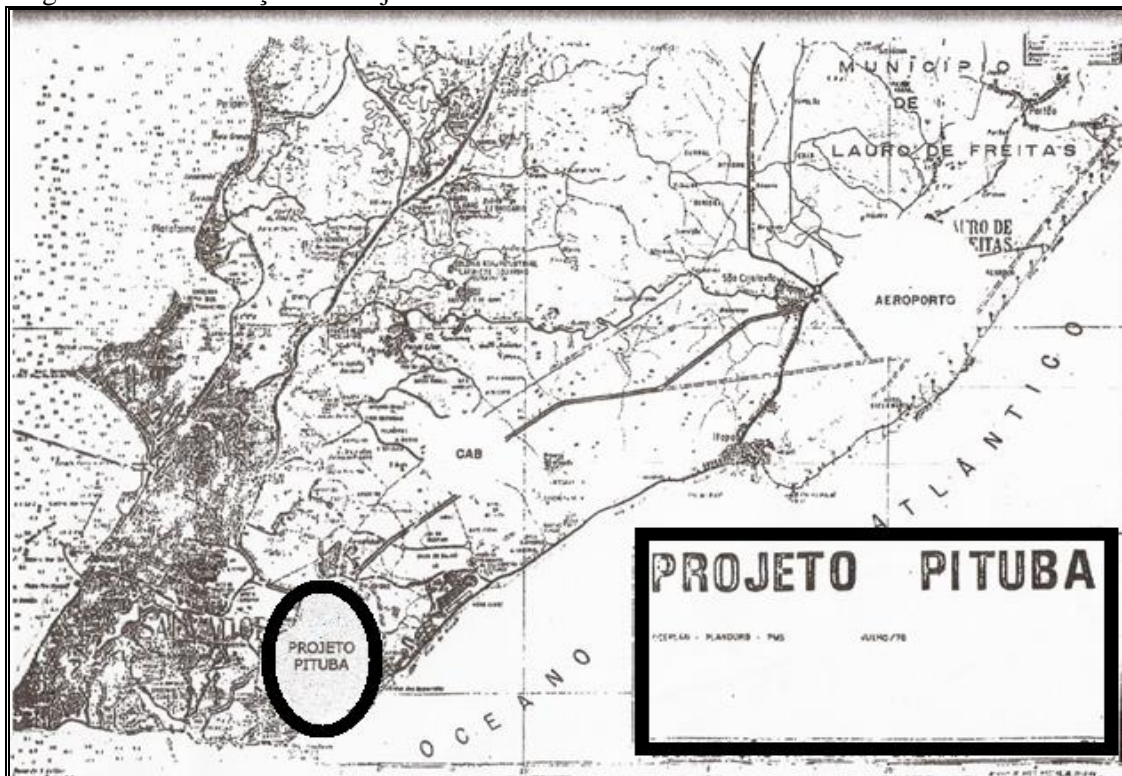
A área da Pituba foi a primeira a receber um estudo detalhado sobre o disciplinamento do uso do solo na cidade do Salvador. O Projeto Pituba, identificado na figura 17, correspondia a delimitação da Fazenda Pituba, onde o ponto inicial era o Loteamento Cidade da Luz. Faziam parte da Zona Homogênea da Pituba além do bairro da Pituba, os loteamentos Itagira e Caminho das Árvores, cercados por vias importantes e inseridos no novo centro econômico da cidade que foi implantado na época.

Quando aconteceu o estudo havia muita terra disponível na Zona Homogênea da Pituba e foi visando a forma como seria ocupada que a prefeitura teve o interesse em regulamentar essa área que abrangia cerca de 6.682.000 m<sup>2</sup>. Em 1976, quase a metade dessa área estava ocupada, e existia uma área livre de 3.662.000 m<sup>2</sup> o equivalente a 54,8% da área total, que continuou a ser ocupada por novos loteamentos.

---

<sup>4</sup> Criado em 1966, atualmente foi transformado na Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBÁHIA).

Figura 17 - Localização do Projeto Pituba na zona urbana de Salvador



Fonte: Salvador (1976b).

O Projeto Pituba pretendia atender as demandas do setor imobiliário, e ao mesmo tempo aproveitar a área para implantação de atividades do setor de comércio de serviços com objetivo de implantar no local o novo centro econômico da cidade. Para alcançar esses objetivos pretendia estabelecer as orientações normativas necessárias visando o desenvolvimento e ao mesmo tempo orientar as ações do setor privado, em especial as do mercado imobiliário. O projeto Pituba pretendia segundo a Prefeitura Municipal de Salvador:

[...], o estabelecimento de um projeto capaz de absorver, por algum tempo, a demanda do setor imobiliário, e de oferecer, por antecipado, uma área para o desenvolvimento e a localização de atividades econômicas de significativa importância, de acordo com orientações já derivadas do PLANDURB. (SALVADOR, 1976a, p. 12).

A Zona da Pituba apresentava um grande potencial de valorização, pois foi beneficiada com investimentos do setor público no que diz respeito ao acesso a infraestrutura, equipamentos e serviços. Segundo Salvador (1976c). A área que foi escolhida apresentava atributos que iria atrair as camadas da população do mais elevado padrão de demanda, atendidas pelo setor da habitação formal.



Ao considerar que o único loteamento aprovado pela prefeitura na zona da Pituba até a década de 1950 era o loteamento Cidade da Luz, e que só a partir da década seguinte é que surgem novos loteamentos como o Parque Nossa Senhora da Luz e o Loteamento Parque Santo Antônio, que juntos não ultrapassaram uma área de 726.860 m<sup>2</sup> equivalente a aproximadamente 11% da área total ocupada do Projeto Pituba até 1960. Só a partir da década de 1970 é que surge uma grande quantidade de loteamentos, que ainda não ultrapassa 50% da área total ocupada, conforme verificado na tabela 06.

Tabela 6 - Evolução da área loteada na zona da Pituba até a década de 1970

<b>PERÍODO</b>	<b>ÁREA (m<sup>2</sup>)</b>	<b>% DA GLEBA</b>
DÉCADA DE 1930	498.860	7,45
DÉCADA DE 1960	228.000	3,40
DÉCADA DE 1970	2.565.160	38,35
<b>TOTAL</b>	<b>3.292.020</b>	<b>49,20</b>

Fonte: Salvador (1976b).

A área onde foi instalada a Zona Homogênea havia passado por uma série de transformações em seu espaço mesmo antes do Projeto Pituba, pois já estavam implantadas ao seu redor as principais vias de circulação como as avenidas Antônio Carlos Magalhães (1975), Tancredo Neves (1974), Magalhães Neto (1974), e Octávio Mangabeira implantada desde a década de 1950. É partir da década de 1970 que começou a surgir uma grande quantidade de loteamentos na área, denotando o rápido processo de ocupação da zona da Pituba, constatado no quadro 1.

Quadro 1 - Loteamentos aprovados na Zona da Pituba até a década de 1970

<b>DECRETO /OU ANO DE APROVAÇÃO</b>	<b>DENOMINAÇÃO</b>
Julho/1932	Loteamento Cidade da Luz
2.565/1964	Loteamento Parque Nossa Sra. Da Luz
3.495/1968	Loteamento Parque Santo Antônio
3.854/1970	Loteamento Parque São Vicente
4.037/1970	Loteamento Jardim Pituba
2.356/1970	Loteamento Cidade da Luz (ampliação)
4.532/1973	Loteamento Aquarius
4.735/1974	Loteamento Caminho das Árvores
4.875/1975	Loteamento Itaigara
4.875/1975	Loteamento Vela Branca

Fonte: Salvador (1976b); Oliveira (2002).

De acordo com Salvador (1976b), a zona homogênea da Pituba contava em 1975 com uma população de 22.975 habitantes, distribuídos em 3.951 domicílios, no loteamento Cidade da Luz existiam 1.180 para uma população de 6.609 habitantes. A área apresentava grande quantidade de terra disponível, baixa densidade demográfica, com um conjunto articulado de

vias de circulação ao seu entorno, o que facilitou o desenvolvimento de grandes projetos de urbanização e incorporação imobiliária, atraindo as camadas da população com elevado padrão de renda atendida pelo mercado formal de habitação.

Antes de o Projeto Pituba ser aprovado em 1976, já existia uma série de empreendimentos público e privado implantados na área ou em seu entorno como o hotel Vela Branca (1972), localizado ao longo da Avenida Antônio Carlos Magalhães, o Departamento de Trânsito (DETRAN, 1973), a Estação Rodoviária inaugurada em 1974, a Sede do Jornal A Tarde (1975) e o Shopping Center Iguatemi, atual Shopping da Bahia, (1975). Esses e outros empreendimentos influenciaram no desenvolvimento da área, pois atraíam a população em busca de seus serviços. Então, o poder público tinha urgência em buscar meios de controlar a exploração desordenada ou pelo menos em acompanhar o avanço da ocupação, criando instrumentos para direcionar o crescimento da área.

A partir da década de 1980, após a aprovação do Projeto Pituba surgiram novos empreendimentos na área como o primeiro Hipermercado da cidade do Salvador, o Paes Mendonça em 1980, o Shopping Itaigara em 1980, o Pituba Parque Center em 1982, o Tropical Center em 1984, o Maxcenter em 1986 e o Fiesta Bahia Hotel inaugurado em 1994. Esses e outros empreendimentos, mais os diversos loteamentos implantados na área da Pituba, foram determinantes no processo de desenvolvimento da Zona homogênea.

O Decreto Lei nº 5065 de 30 de novembro de 1976, deu um tratamento particular a área da orla marítima ao longo da avenida Octávio Mangabeira, na altura do primeiro loteamento da zona da Pituba no que diz respeito às atividades de comércio e prestação de serviços. Nele discrimina-se os tipos de equipamentos permitidos no local como: bar, casa de drinks, lanchonete, sorveteria, restaurante ou churrascaria, cantina, pousada, motel, hotel, boate, atelier, galeria de arte e artesanato, contribuindo para que o local se tornasse um importante centro de comércio e de prestação de serviços.

O estudo detalhado feito pelo Projeto Pituba permitiu conhecer os espaços ocupados por loteamentos e empreendimentos até aquele momento, e identificar as áreas disponíveis para o processo de ocupação. Passados 42 anos desde a aprovação do projeto, pode-se constatar que a área foi realmente ocupada pela população do mercado formal de habitação através das ações constantes dos agentes do setor imobiliário, no que diz respeito a implantação de imóveis direcionados ao uso residencial.

Consolidou-se o novo centro econômico do Camurugibe, com a implantação dos diversos empreendimentos voltados para o setor de comércio e serviços como era objetivo do Projeto Pituba a criação dessa nova centralidade no local. A área se apresenta atualmente

totalmente urbanizada com uma população de 77.483 moradores segundo os dados do IBGE (2010), com mais de 300% de aumento se comparado com a população existente na área em 1976 que era de 22.975 habitantes, e com 31.153 domicílios em 2010 segundo IBGE (2010).

Se na década de 1970 os loteamentos do Itaigara e Caminhos das Árvores faziam parte do bairro da Pituba e ainda estavam em processo de ocupação, atualmente fazem parte dos 160 bairros da cidade do Salvador, constando entre os bairros com os maiores rendimentos médios da cidade segundo os dados do IBGE (2010).

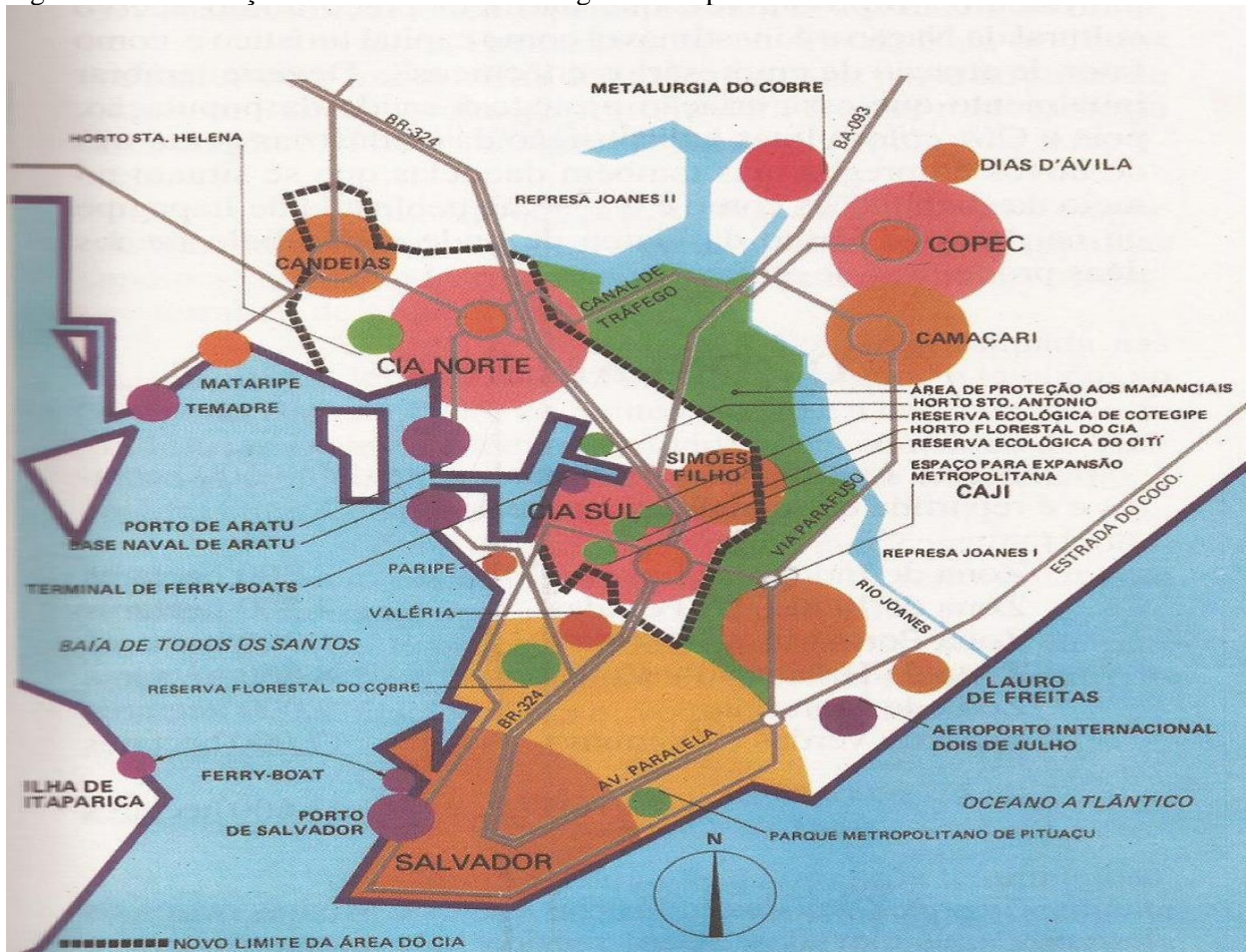
Outra ação que influenciou na transformação da cidade do Salvador e consequentemente no crescimento do bairro da Pituba foi o processo de industrialização ocorrido na região metropolitana da cidade. Nesse segmento, o governo do estado da Bahia teve um destacado papel no que se refere ao planejamento, criando condições para atrair as empresas com investimentos no sistema viário, incentivos fiscais e financeiros, além de criar e preparar boa parte da infraestrutura necessária para implantação das atividades industriais.

Esse processo de industrialização motivado pelo poder público com a criação da Refinaria Landulpho Alves, do CIA em 1967 e do COPEC em 1977, também colaborou para a expansão do espaço urbano da cidade do Salvador através dos investimentos aplicados no sistema viário facilitando a integração entre a cidade e a região metropolitana, com a criação de novas áreas para moradia também direcionadas para atender aos trabalhadores dos centros industriais.

A Pituba foi favorecida porque teve um aumento da ocupação de sua área, tornando-se um dos bairros preferidos para habitação e consumo da classe média e média alta da população motivados também pela disponibilidade de infraestrutura, fazendo do bairro um dos preferidos para os trabalhadores dos polos industriais que buscavam melhor comodidade na cidade.

O Centro Industrial de Aratu foi favorecido pelo grande volume de investimentos direcionados pela SUDENE, e em 1979 já era responsável por 21% do valor da produção industrial da Bahia o que favoreceu o desenvolvimento do estado. Na figura 18 pode ser observado a localização do CIA e COPEC na Região Metropolitana de Salvador.

Figura 18 - Localização do CIA e COPEC na Região Metropolitana de Salvador



Fonte: Scheinowitz (1998).

No início da década de 1980, o CIA e o COPEC geravam mais de 43.000 empregos, o que beneficiou a cidade do Salvador, pois uma parte desses trabalhadores não encontravam uma estrutura que atendesse suas necessidades básicas devido à falta de investimentos nas cidades onde estavam localizados esses polos industriais, e buscavam em Salvador melhores condições de moradia saúde, educação e lazer. Andrade (2005) informa que:

Estudos empíricos revelam que em 1986 (SILVA ; PEREIRA, 1987 *apud* BRITO, 1993, p. 37), eram 45.000 funcionários diretos ou indiretos no COPEC, destes 16% moravam em Salvador, preferencialmente, aqueles com renda média de 15,3 a 54,5 salários mínimos, formando assim uma demanda solvável ao mercado imobiliário que se expandia enormemente na cidade como um todo, mas especificamente, nos bairros residenciais formais. (ANDRADE, 2005, p. 71).

A industrialização baiana favoreceu o desenvolvimento e a ocupação do bairro da Pituba, pois aumentou a procura por imóveis, o que trouxe como consequência direta a elevação do preço da terra (que em parte foi incorporada aos preços dos aluguéis), e o

aumento da demanda de mercado em setores como bancário, transporte, comércio de produtos alimentícios e em especial o setor imobiliário, incentivado pela população beneficiada pelos altos salários das indústrias.

O processo de industrialização ocorrido na Região Metropolitana de Salvador a partir da década de 1950, trouxe consequências positivas tanto para o estado da Bahia quanto para a cidade do Salvador. No entanto, com a diminuição dos investimentos nesse setor o que se observou, foram as constantes quedas da produção industrial, diferente dos tempos passados em que os governos investiam em grandes projetos visando o desenvolvimento e a criação de novos empregos.

#### **4.3.3 Promotores Imobiliários**

Os promotores imobiliários encontraram no bairro da Pituba uma estrutura implantada devido às ações de melhorias promovidas pelo estado. Dessa forma, aproveitaram para desenvolver seus empreendimentos, trabalhando intensamente visando maior rentabilidade. Esses agentes contribuíram para o processo de transformação do espaço urbano no bairro da Pituba, trazendo um novo padrão de construção através da substituição de antigas casas unidomiliares existentes por novas construções verticalizadas, alterando as formas de ocupação do solo desse bairro.

Segundo Corrêa (2005), os promotores imobiliários são agentes que podem realizar parcial ou totalmente as operações de incorporação, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel e comercialização. Para ele a incorporação é uma das principais operações, pois:

[...] realiza a gestão do capital-dinheiro na fase de sua transformação em mercadoria, em imóvel; a localização, o tamanho das unidades, e a qualidade do prédio a ser construído são definidos na incorporação, assim como as decisões de quem vai construí-lo, a propaganda e a venda das unidades. (CORRÊA, 2005, p. 19-20).

Os agentes imobiliários trabalham na produção capitalista da habitação investindo no processo de produção da moradia com a intenção de buscar alternativas que lhes proporcionem um maior lucro. Para isso, aproveitam dos investimentos feitos pelo estado em infraestrutura urbana no sistema de saneamento básico, sistema de transportes, iluminação pública, saúde e educação, usados para implantar seus empreendimentos com altos preços na venda desses imóveis. De acordo com Carlos (1994b):

Os fatores que determinarão a formação do preço vinculam-se principalmente à inserção de determinada parcela no espaço urbano global tendo como ponto de partida a localização do terreno (por exemplo, no bairro), a acessibilidade em relação aos lugares ditos privilegiados (escolas, shopping, centros de saúde, de serviços, lazer, áreas verdes etc.), acesso a infra-estrutura existente (água, luz, esgoto, asfalto, telefone, vias de circulação, transporte), à privacidade; e, secundariamente, temos os fatores vinculados ao relevo, que se refletem nas possibilidades e custos de construção. (CARLOS, 1994b, p. 88).

Os promotores imobiliários ao planejarem onde vão ser implantados seus empreendimentos buscam dentre as áreas pesquisadas as condições que futuramente proporcionarão um efetivo retorno. Andrade (2005, p. 36-37) diz que “[...] a promoção imobiliária terá sempre maior lucratividade em áreas que conjuguem valorização na ocupação (destinação a alta renda) e infra-estruturação pública”.

No bairro da Pituba, os promotores imobiliários surgiram em um momento de intensa urbanização trazida pelo processo de industrialização que acontecia na Região Metropolitana de Salvador e pela expansão do tecido urbano com a construção das avenidas de vale. Esses agentes aproveitaram o momento de grande crescimento populacional que ocorria na cidade, com rebatimento direto no bairro da Pituba e implantaram diversos empreendimentos direcionados tanto para habitação (edifícios, condomínios fechados e loteamentos) como para o comércio e serviços.

Os investimentos na área de habitação através de financiamentos e oferta de recursos financeiros pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), voltado à produção de empreendimentos imobiliários possibilitaram a expansão das construções para o mercado formal de habitação e ao mesmo tempo colaboraram para a expansão urbana do bairro da Pituba, pois permitiu maior acesso aos recursos públicos voltados para a construção de casas e apartamentos no local. Segundo Brito (1993):

Tendo em vista que a deteriorização começava a comprometer os bairros centrais já na primeira metade da década de 70, o novo bairro da Pituba surgia como uma “válvula de escape” para solucionar o problema de moradia de parte da população que poderia dar liquidez aos investimentos do setor imobiliário, contribuindo também para isso o fato de que este bairro estaria se tornando relativamente central, no que se refere às distâncias dos equipamentos urbanos e metropolitanos. (BRITO, 1993, p. 30).

O mercado imobiliário também teve que se adaptar a algumas ações do poder público que visavam criar mecanismos de controle e orientação no que diz respeito ao uso e ocupação do solo na cidade do Salvador. Jorge Hage Sobrinho foi prefeito de Salvador na época da implantação do Projeto Pituba que foi uma das propostas do PLANDURB. Ele ficou na

prefeitura entre 1975 e 1977, saindo antes da conclusão do Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador em 1979.

Antes de deixar o cargo, Hage indicou algumas condições para regulamentar as ações do setor imobiliário e diminuir a especulação imobiliária na cidade do Salvador. Para tanto, usou mecanismos legais como a revisão e a alteração do código de urbanismo, a aplicação de novos limites nos gabaritos dos imóveis, aumentos significativos na taxa do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e uma política de fiscalização mais ostensiva nas construções, entre outras providências durante sua gestão.

No período de expansão do bairro da Pituba muitas empresas eram proprietárias de terrenos, como a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos que construiu a Agência Central dos Correios da Pituba; a Petrobras que em fevereiro de 1973 inaugurou ao lado do Parque da Cidade Joventino Silva um centro de treinamento, em 1975 um setor de processamento de dados, em 1979 um edifício de sete andares e mais recentemente um novo edifício com 22 andares chamado Torre Pituba, inaugurado em 2015.

Por ser um espaço seletivo, com um público de maior poder aquisitivo e com condições de adquirir os imóveis disponibilizados pelo setor formal de habitação, o bairro da Pituba foi beneficiado com a implantação de vários empreendimentos, principalmente os verticalizados com o Loteamento Aquarius, Parque Júlio Cesar entre outros. Para Vasconcelos (2002):

O segmento da promoção imobiliária e da construção civil são responsáveis pela construção, sobretudo de prédios residenciais, dos imóveis elevados que modificam a fisionomia da cidade e que mudam a densidade de ocupação do solo, com reflexo, sobretudo, na infraestrutura. (VASCONCELOS, 2002, p. 421).

A verticalização foi uma excelente maneira que os agentes imobiliários encontraram para fazer a multiplicação do solo urbano no bairro da Pituba. Essa área apresenta um valor elevado do preço da terra em comparação com outros bairros da cidade do Salvador, um dos metros quadrados mais caros, em torno de R\$ 1.631,59 que corresponde ao Valor Unitário Padrão (VUP) atribuído pela prefeitura, através da lei nº 8473/2013, ao trecho da avenida Manoel Dias da Silva, uma das principais ruas do bairro. Com a intensificação do uso do solo e o processo de verticalização, o bairro da Pituba encontra-se totalmente urbanizado, restando ao setor imobiliário a opção de comprar imóveis antigos para a realização de novas construções.

Até o início da década de 1960, o único loteamento no bairro da Pituba correspondia a aproximadamente 10% da área total de 5,11 km<sup>2</sup> do bairro na atualidade, segundo dados do IBGE (2010), sendo que 90% dessa área estava sem edificações até aquele período. Atualmente, transcorridos 57 anos, pode-se verificar a quase inexistência de espaços sem edificações, com exceção do Parque da Cidade que é uma área de preservação ambiental.

No decorrer de quase um século desde a aceitação do relatório de Theodoro Sampaio o bairro da Pituba passou por inúmeras transformações em seu espaço urbano o que mudou as formas de ocupação, e essas transformações podem ser observadas as fotos aéreas tiradas pela CONDER nas décadas de 1950, 1970, e a imagem obtida do Google Earth em 2017, conforme a figura 19.

A figura 19 também, apresenta a evolução da ocupação do espaço urbano do bairro da Pituba. No final da década de 1950, a área efetivamente ocupada do bairro se restringia ao entorno da avenida Manoel Dias da Silva, limitando-se ao loteamento Cidade da Luz próximo a orla atlântica. É neste período que começam as obras para a construção da estrada que deu acesso ao Colégio Militar a Avenida Paulo VI. O bairro da Pituba apresentava uma grande área verde livre da ação do setor imobiliário.

A partir da década de 1970 aconteceu a intensificação da ocupação no bairro. Ao longo da Avenida ACM já havia uma concentração residencial como o Parque Júlio Cesar e o Loteamento Parque Nossa Senhora da Luz entre outros empreendimentos. Nesse momento o setor imobiliário começou a atuar promovendo diversos tipos de construções como forma de aproveitar melhor os terrenos disponíveis gerando melhores lucros para o setor. Em 2017, o bairro já se encontra completamente urbanizado com seu espaço ocupado com diversos imóveis tanto do setor residencial quanto para o comércio e serviços.

Um conjunto de fatores contribuíram para uma eficiente reprodução do capital imobiliário no bairro da Pituba. Entre eles estão à demanda por habitação formal, a presença de amenidades naturais e outros, o que permitiu que o setor imobiliário atuasse de maneira concentrada nesse espaço, principalmente através da indústria da construção civil. Observe a evolução da ocupação do espaço urbano do bairro da Pituba através da figura 19.



Figura 19 - Evolução da ocupação do espaço do bairro da Pituba



O bairro da Pituba proporcionou aos agentes do setor imobiliário grandes rendimentos, por isso foi e continua sendo um local atrativo para os investimentos deste setor. Quanto à administração pública, ao agir em conjunto com proprietários de empresas comerciais e da construção civil promoveram melhorias para a área, estimulando e criando as condições que encaminhariam para o seu desenvolvimento, pois atuaram decisivamente na expansão e transformação do bairro.

#### **4.4.4 Excluídos sociais – ocupações populares no bairro da Pituba**

Em todas as cidades existem diversos tipos de habitações. Algumas acontecem de forma regulamentada, através de loteamentos aprovados por prefeituras, condomínios particulares de casas e apartamentos construídos pelo setor imobiliário e destinados à venda, além das iniciativas do poder público através da construção de habitações populares. No entanto, outros tipos de moradias ocorrem sem qualquer tipo de regulamentação.

O acesso aos bens e serviços disponibilizados pelo poder público e pela iniciativa privada vai depender da situação econômica de cada pessoa. Em relação à habitação o acesso é seletivo, enquanto parte da população tem dificuldades para comprar ou alugar um imóvel em uma área com infraestrutura e com acesso aos serviços básicos, outra parcela tem a sua disposição uma variedade de serviços públicos como energia elétrica, empresas de telefonia, além de toda infraestrutura de saneamento básico já implantado antes mesmo de começar a morar.

Na cidade do Salvador não foi diferente, no processo de produção do espaço urbano os agentes imobiliários conseguem apoio do poder público e da iniciativa privada na hora de implantar moradias destinadas às classes de renda média e alta da população, por meio de empréstimos e investimentos no local. Mas nem todos os moradores da cidade têm condições para adquirir uma residência ou pagar aluguel no mercado formal de habitação, por isso uma parte da população fica excluída do processo regulamentar na hora de adquirir um imóvel.

O poder público não conseguiu garantir habitações populares adequadas para toda população da cidade, principalmente a partir da década de 1960, com o processo de industrialização que aconteceu na Região Metropolitana de Salvador, quando houve um grande crescimento populacional e a cidade recebeu muitos migrantes do interior do estado em busca de emprego e melhoria na qualidade de vida.

Sem opções por não ter onde morar ou condições de pagar aluguel, muitas famílias começaram a ocupar áreas públicas ou particulares de forma ilegal e construíram suas casas, sem as mínimas condições de infraestrutura. Devido ao descaso do poder público com a população que vive na ilegalidade em relação a ocupação do solo, Maricato afirma que:

[...] exigente legislação de parcelamento do solo, detalhados códigos de edificações são formulados por corporações profissionais que desconsideram a condição de ilegalidade em que vive grande parte da população urbana brasileira em relação à moradia e à ocupação da terra, demonstrando que a exclusão social passa pela lógica discriminatória na aplicação da lei (MARICATO, 1997, p. 122-123).



Em relação ao bairro da Pituba, a produção do espaço se deu através das ações dos agentes fundiários, imobiliários e do poder público. No entanto só regulamentar o uso do espaço urbano não é suficiente, o Estado precisa dar atenção a parcela da população que vive na ilegalidade em relação a ocupação do solo, incluindo-os em seu processo de planejamento do espaço com a criação de políticas voltadas as necessidades básicas dessa população. O bairro da Pituba também teve ocupações irregulares em seu espaço urbano como as denominadas Bico de Ferro na década de 1960, a Cai Duro e Baixa Fria do Camurugibe na década de 1980.

A ocupação Bico de Ferro recebeu esse nome devido a um bar localizado na área onde foi construído o Parque Jardim dos Namorados, próximo da avenida Octávio Mangabeira. Mas em 29 de novembro de 1967, com a presença do prefeito Antônio Carlos Magalhães, a prefeitura conseguiu destruir todas as casas existentes em meio ao protesto por parte dos moradores que ficaram desolados assistindo a retirada de suas moradias. A retirada da invasão e logo em seguida a construção do parque Jardim dos Namorados, pode ser visto como uma das transformações acontecidas neste espaço urbano do bairro da Pituba, observado na figura 20.

Figura 20 - Transformações urbanas no bairro da Pituba (1)



Fonte: Jornal A Tarde, 29/11/1967 e Google Earth, 29/10/2017.

Com retirada da ocupação muitos moradores ficaram sem ter onde morar e a prefeitura ajudou a encontrar locais para abrigar essas pessoas. Segundo a reportagem do Jornal A

Tarde, “Os moradores do Bico de Ferro, que realmente ali residiam foram alojados em algumas casas alugadas pela prefeitura, localizadas na Boca do Rio, outros instalados em pensões, enquanto ainda outros recorreram a parentes.” (JORNAL A TARDE, 29/11/1967).

Logo depois da retirada das casas da invasão Bico de Ferro, a prefeitura iniciou os trabalhos de urbanização da área com a construção do Parque Jardim dos Namorados, que foi inaugurado no dia 31 de março de 1969. Composto por estacionamento, quadras de esporte, área de recreação infantil e rинque de patinação, além de uma grande área para caminhada.

A Bico de Ferro não foi a única ocupação irregular que se instalou no bairro da Pituba. Na década de 1980, desenvolveu-se nessa área e nas proximidades a União Paraíso uma enorme invasão formada por ocupações menores como Cai Duro, Baixa Fria, Areal, Tubo e Rocinha do STIEP. O poder público se mobilizou no sentido de buscar meios para fazer a retirada desse conjunto de invasões.

Resistir as adversidades impostas pelo local em que está se invadindo em decorrência da falta de infraestrutura, e ao mesmo tempo enfrentar ações que visam a retirada da ocupação promovida setor público é uma realidade enfrentada por parte da população que ocupa uma área irregular. Segundo Corrêa, “A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência.” (CORRÊA, 2005, p. 30).

A prefeitura pretendia transferir ao todo 800 famílias que pertenciam à invasão União Paraíso, localizadas entre a avenida Magalhães Neto no bairro da Pituba e o STIEP, para bairros mais distantes. Os moradores ficaram insatisfeitos e inconformados com a remoção imposta pela prefeitura que alegava precisar dar continuidade as obras de alargamento e revestimento do canal do rio Camurugibe, além de se dizer preocupada com a insalubridade a que a população estava exposta, pois muitos dos barracos estavam localizados às margens do rio.

A partir do dia 18 janeiro de 1989, as famílias começaram a serem removidas para os loteamento Beiru, Arenoso, São Cristóvão, entre outros bairros da cidade, para casas com 17 m<sup>2</sup> que já estavam prontas só aguardando pelos moradores, que resistiam a desocupação armados com paus e pedras alegando que as casas eram muito pequenas e distante do centro, o que dificultaria a chegada ao trabalho. Mas, aos pouco os moradores foram sendo transferidos para as novas habitações. Alguns residentes dessas ocupações desempenhavam funções de porteiros, zeladores, jardineiros, pedreiros, empregados domésticos, entre outras.

Nesse processo de transferência forçada, também fizeram parte as invasões Cai Duro e Baixa Fria do Camurugibe localizadas no bairro da Pituba, às margens da avenida Magalhães Neto. E, segundo o Jornal A Tarde, do dia 13 de janeiro de 1989, o terreno onde estava

localizada a invasão Cai Duro pertencia à empresa Tradição S/A que desde 1985 já havia conseguido uma ordem judicial para a retirada dos moradores.

A invasão Cai Duro foi removida totalmente, e em seu lugar surgiram vários empreendimentos particulares, entre eles o Colégio Módulo. Depois da retirada dessas ocupações irregulares a avenida Magalhães Neto ficou pronta para receber sua maior clientela, composta por um público com condições financeiras para pagar caro pelos bens e serviços, e usufruir dos atrativos oferecidos pelo bairro da Pituba. A próxima figura 21 mostra a diferença da ocupação nas décadas de 1980 e 2017.

Figura 21 - Transformações urbanas no bairro da Pituba (2)



Fonte: Jornal A Tarde, 13/01/1989 e Google Maps, 02/11/2017.

Após a remoção dos barracos a prefeitura atuou promovendo o melhoramento da área com investimentos públicos, visando preparar esse terreno para receber as novas ocupações através de loteamentos regulamentados o que não demorou a acontecer. A área onde estava localizada a invasão Cai Duro foi ocupada por uma população de renda média e alta. Segundo Corrêa (2005, p. 63), “Os terrenos de maior preço serão utilizados para as melhores residências, atendendo à demanda solvável. Os terrenos com menores preços, pior localizados, serão utilizados na construção de residências inferiores, a serem habitados pelos que dispõem de menor renda”.

No que diz respeito à ocupação Baixa Fria do Camurugibe, localizada à margem direita da avenida Magalhães Neto, sentido Orla Atlântica, algumas de suas famílias foram



transferidas em 1989 junto com a remoção da ocupação Cai Duro e de outras ocupações irregulares localizadas nas proximidades. (JORNAL A TARDE, 19/01/1989). No entanto, parte dos moradores da Baixa Fria do Camurugibe continuam ocupando o mesmo local até os dias atuais, conforme observado na figura 22.

Figura 22 - Ocupação Baixa Fria do Camurugibe, 2017



Fonte: Google Maps, 29/10/2017.

Conforme contato informal estabelecido com uma moradora de 54 anos, há 34 residindo na ocupação Baixa Fria do Camurugibe, mãe de seis filhos e sete netos, todos nascidos e criados na ocupação. Acredita que atualmente 150 famílias morem nesse local, e segundo ela o terreno é particular e nunca foi reivindicado por qualquer dono ou herdeiro. No entanto, ainda não foi reconhecido legalmente através de escritura, e os moradores pagam IPTU, água e energia elétrica. Também segundo a moradora, no início da ocupação seu barraco era de tábua e quando chovia alagava tudo, mas que aos poucos a área foi aterrada o que melhorou as condições da moradia.

Por falta de condições financeiras e emprego, muitas pessoas buscam outros meios de moradia através de ocupações irregulares em terrenos públicos ou particulares. No caso do bairro da Pituba, as ocupações irregulares foram praticamente removidas em sua totalidade, restando à pequena ocupação Baixa Fria do Camurugibe que ainda vem resistindo às investidas do poder público e privado. Seus moradores permanecem acreditando na

possibilidade de verem suas casas regularizadas através das escrituras definitivas dos imóveis, cedidas pela justiça.

Motivados por interesses comuns, agentes fundiários, imobiliários e o poder público conseguiram excluir a maioria da população de baixa renda do contexto social do bairro da Pituba, o que contribuiu para que esse bairro se transformasse em um espaço urbano seletivo ocupado por uma população com renda média e alta, favorecendo a uma grande potencialidade na arrecadação de recursos para o município devido a uma gama de empreendimentos instalados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciam-se as considerações finais destacando o problema central que motivou esta pesquisa que ora se apresenta, por ambicionar entender como se processou a produção do espaço urbano do bairro da Pituba na cidade do Salvador, expondo as principais transformações espaciais que ocorreram neste bairro desde sua implantação até os dias atuais. Esclarece-se que estas considerações não se tratam de um texto conclusivo, mas da apresentação de resultados alcançados durante o processo de construção deste trabalho.

O desenvolvimento desta pesquisa possibilitou entender que a formação do espaço urbano do bairro da Pituba não ocorreu espontaneamente, mas através de um conjunto de ações articuladas pelos diversos agentes públicos e privados interessados em promover o desenvolvimento e a valorização desta área. O bairro da Pituba foi produzido seletivamente para atender a uma determinada demanda, visando um público de alta e média renda, a princípio em busca de amenidades naturais e terrenos maiores para construir suas casas.

A área onde está localizado o bairro da Pituba fazia parte de uma grande extensão de terras doadas ao Conde de Castanheira pelo primeiro governador-geral do Brasil Tomé de Souza. Com o passar do tempo essas terras foram divididas e adquiridas por novos donos como Manoel Dias da Silva que iniciou o processo de ocupação do espaço urbano do bairro da Pituba através do loteamento de parte da Fazenda Pituba. Essa área foi adquirindo condições para moradia através da construção de estradas e da implantação de iluminação elétrica e saneamento básico.

O bairro da Pituba se desenvolveu primeiro como área de veraneio para atender as necessidades de tranquilidade e lazer de uma população privilegiada que tinha condições de chegar até o local que no início era de difícil acesso, periférico ao núcleo urbano da cidade do Salvador, e até a década de 1960 ainda tinha um tamanho reduzido formado basicamente pelo loteamento Cidade da Luz. É também a partir da década de 1960 que o bairro começou a passar por uma série de transformações com a construção da avenida Antônio Carlos Magalhães e a aprovação de novos loteamentos na área.

A ocupação do espaço urbano no bairro da Pituba começou de forma localizada em uma determinada área e ganhou proporções elevadas quando aconteceram as ações dos agentes imobiliários que transformaram o espaço desse bairro. Na década de 1970, o processo de verticalização alcançou o bairro e o mercado formal de habitação beneficiou-se, pois os novos moradores buscavam uma melhor disponibilidade de infraestrutura e imóveis de alto



padrão. Nas décadas seguintes, com a diminuição da oferta de terrenos no bairro, muitas casas antigas foram sendo substituídos por edifícios dos mais variados gabaritos.

A Pituba começou a ser ocupada de maneira regular, através dos loteamentos particulares, no entanto, a ocorrência de algumas ocupações irregulares a partir da década de 1960 em áreas públicas e particulares, como as invasões Bico de Ferro, Cai Duro e Baixa Fria colaboraram para o processo de produção do espaço urbano desse bairro. Mas, as ações dos agentes públicos incentivados pela insatisfação dos moradores e dos agentes imobiliários conseguiram retirar quase que completamente essas ocupações do bairro deixando as áreas livres para serem ocupadas por empreendimento do mercado formal.

Ao fazer a análise de algumas variáveis apresentadas pelo Censo do IBGE (2010), além dos dados do Painel de Informações da CONDER (2016), confirmou-se a construção de um espaço privilegiado, em que seus moradores apresentam diferenças socioeconômicas relevantes no que diz respeito a renda, educação e infraestrutura urbana. Se comparado com outros bairros da cidade do Salvador, o bairro da Pituba justifica a sua posição de um espaço com uma das melhores condições para morar, pois apresenta os equipamentos e infraestrutura indispensável para atender a seus moradores.

Os agentes públicos foram considerados como um dos principais responsáveis pela produção do espaço urbano do bairro da Pituba, eles atuaram fornecendo condições para que este espaço operasse de forma mais eficiente, através da normalização e dos investimentos em infraestrutura, o que favoreceu o setor privado, pois elevou o valor dos terrenos e imóveis, e aumentou o interesse de famílias pela área.

Inserido no espaço urbano da cidade do Salvador, o bairro da Pituba foi produzido seletivamente para atender a uma determinada camada da população, constituído pelo público de alta e média renda, atendendo a expansão do mercado formal de habitação. A partir da década de 1970 aconteceu intensas transformações no seu interior através da ocupação de áreas verdes, inserção de construções unidomiliares e posteriormente verticalizadas, ampliação das atividades de comércio e serviços nas principais vias do bairro, além do crescimento significativo da população.

A estrutura verificada no espaço urbano do bairro da Pituba é fruto das ações e das articulações dos agentes envolvidos na produção e expansão desse espaço, visando seus interesses. Onde as formas e funções do bairro foram transformadas durante um processo contínuo de quase cem anos, apresentando um contexto social e econômico diferenciado em

relação a maioria dos bairros da cidade do Salvador, pertencendo a um pequeno grupo que desfruta das mesmas condições privilegiadas no que diz respeito a habitação, saúde, educação e lazer.

Finaliza-se esta pesquisa com a certeza de que essa fase do trabalho foi cumprida. É válido ressaltar ainda que os resultados apresentados, não se propõem a encerrar a discussão sobre a temática proposta, pelo contrário, as considerações aqui obtidas podem apontar para novos trabalhos.

Esta pesquisa pode contribuir para o meio acadêmico e para a administração pública no que diz respeito a produção do espaço urbano, pois o bairro da Pituba se transformou em uma importante experiência de ocupação do solo na cidade do Salvador. O que pode ser útil para o planejamento urbano de uma cidade, através de ações futuras que visem a expansão ou a criação de novos bairros, levando em conta que a partir do projeto de Theodoro Sampaio nasceu um dos bairros mais populoso e valorizado da cidade do Salvador.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Adriano Bittencourt. **O espaço em movimento: a dinâmica da Pituba no séc. XX.** Salvador: EDUFBA, 2005.

BEZERRA, Bárbara Stolte. **Loteamento Parque Santo Antônio: um estudo de caso sobre a produção capitalista da moradia verticalizada em Salvador - Ba.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

BRITO, Cristovão de C. da T. **Impactos econômicos recentes e a expansão do bairro da Pituba.** Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia: Salvador, 1993.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** São Paulo: Contexto, 1994a.

\_\_\_\_\_. **A (re) produção do espaço urbano.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994b.

\_\_\_\_\_. SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2012.

CONDER - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. **Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro/Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia (INFORMS).** 5. ed. Salvador: CONDER/INFORMS, 2016.

CORRÊA, Roberto L. **Região e organização espacial.** São Paulo: Ática S.A, 1986.

\_\_\_\_\_. **Espaço urbano.** São Paulo: Ática S.A, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova fronteira S.A, 1980.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 2010.** Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico de 2000.** Brasília, 2000.

JORNAL A TARDE. **A cidade avança pelo litoral: A primeira pá de terra para a estrada Amaralina Pituba.** Salvador, 10/11/1927.

\_\_\_\_\_. **A futura Cidade Luz: os “bungalows” da Pituba reclamam água e luz, uma estação de veraneio concorrida.** Salvador, 06/12/1929.

\_\_\_\_\_. **A Pituba vai inaugurar a iluminação elétrica.** Salvador, 07/02/1930.

\_\_\_\_\_. **Pituba: Apenas uma rua asfaltada dentre as muitas ali existentes.** Salvador, 08/07/1966.

\_\_\_\_\_. **Mais uma avenida foi entregue ao público, ontem, pela Prefeitura Municipal: A pavimentação asfáltica da Avenida Manoel Dias da Silva na Pituba.** Salvador, 02/12/1968.

\_\_\_\_\_. **Operação Bico de Ferro**. Salvador, 29/11/1967.

\_\_\_\_\_. **Ruas da Pituba nunca sabem dia que cai água**. Salvador, 04/10/1977.

\_\_\_\_\_. **Invasores não querem transferência**. Salvador, 13/01/1989.

\_\_\_\_\_. **Moradores resistem e mudança da união paraíso não acontece**. Salvador, 19/01/1989.

JORNAL DO BRASIL. **Morre o plantador de coqueiros das praias baianas**. Rio de Janeiro, 10/10/1980.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1981.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006. Disponível em: <https://grupogpect.info/2014/06/02/livro-a-producao-do-espaco-de-henri-lefebvre/> Acesso em: 12 jan. 2018.

LIMA, Arnaldo do R. **Teodoro Sampaio: Sua vida e sua obra**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 1981. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1981.

LIMA, Aristides F. **Colégio Militar de Salvador – 28 anos**. 2. ed. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1985.

LIMA, Jamile de B. **Os “Cabulas” de Salvador: confrontando as delimitações de 1992 e de 2010**. Monografia (Bacharel da Faculdade de Urbanismo)– Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: qual planejamento urbano? **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 1-2, p. 113-130, 1997.

MENDES, Victor M. Oliveira. **A problemática do desenvolvimento em Salvador: Análise dos planos e práticas da segunda metade do século XX (1950-2000)**. 2006. Tese (Doutorado) -Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PALMAS, Joelma A. S. da. **Segregação residencial em Salvador**. 2009. Dissertação. (Mestrado)- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

ROSS, Jurandy L. Sanches. **Geografia do Brasil**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

SALVADOR, Prefeitura M. **Decreto Lei nº 701 de 09 de março de 1948**: Dispondo sobre a divisão e utilização da terra na zona urbana da Cidade, regulando o loteamento de terrenos situados na mesma zona e dando outras providências. Salvador, 1948.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 1038 de 15 de junho de 1960:** fixa a delimitação urbana e suburbana dos distritos e subdistritos do Município do Salvador, divide a cidade em bairros e dá outras providências. Salvador, 1960.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 1664 de 02 de dezembro de 1964:** oficializa as denominações das ruas que compõem o loteamento Cidade da Luz na Pituba subdistrito de Amaralina. Salvador, 1964.

\_\_\_\_\_. **EPUCS – Uma Experiência de Planejamento Urbano.** Salvador: OCEPLAN. 1976a.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pituba:** Cadernos OCEPLAN - Série Programas e Projetos 1. Salvador: OCEPLAN/PLANDURB, 1976b.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5065 de 30 de novembro de 1976:** Institui a Zona Homogênea da Pituba e dá outras providências. Salvador, 1976c.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 3377 de 23 de julho de 1984:** Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo no Município da Cidade do Salvador e dá outras providências (LOUOS). Salvador, 1984.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 3525 de 1985:** Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador para o período de 1992 e dá outras providências. Salvador, Prefeitura Municipal, 1985 (Coletânea de leis e decretos). Salvador, 1985.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8376 de 21 de dezembro 2012:** Modifica a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal do Salvador e dá outras providências. Salvador, 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8473 de 27 de setembro de 2013:** Aprova os valores unitários padrão - VUP de terreno e de construção, altera dispositivos da lei nº 7.186, de 27 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Salvador, 2013.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador - PDDU 2016.** Salvador, 2016a.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9148 de 08 de setembro de 2016:** Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador e dá outras providências. Salvador, 2016b.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 363 de 18 de setembro de 2017:** Versa sobre a delimitação e denominação dos bairros de Salvador. Salvador, 2017.

SAMPAIO, A. H. L. **Formas urbanas:** cidade-real & cidade-ideal; Contribuição ao estudo urbanístico em Salvador. Salvador: Quarteto, 1999.

SAMPAIO, Theodoro. **Relatório dos estudos e projetos para uma cidade nova (A Cidade Luz):** na Pituba, dos terrenos de propriedade do Sr. Manoel Dias da Silva. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1919.

SANTOS, Elisabete; *et al.* **O caminho das águas em Salvador:** bacias hidrográficas, bairros e fontes. Salvador: CIAG/UFBA/ SEMA, 2010.

SANTOS, Milton, A. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SCHEINOWITZ, A. S. **O macro planejamento da aglomeração de Salvador**. Salvador: EGBA, 1998.

SOARES, Priscila O. **A expansão urbana da cidade do Salvador**: transformações em uma metrópole da pobreza. 2016. Dissertação (Mestrado)- UNIFACS Universidade Salvador, Salvador, 2016.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 51, n. 2, p.139-172, abr./jun. 1989.

SOUZA, Marcelo L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SOUZA, Tatiane dos Santos. **Cultura e desenvolvimento local**: reflexões sobre a experiência do Programa Viva Nordeste. 2008. Dissertação (Mestrado da Faculdade de Comunicação)- Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2008.

SPINOLA, Noelio D. **A trilha perdida**: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX. Salvador: UNIFACS, 2009.

TEIXEIRA, Cid. **A grande Salvador**: posse e uso de terra, projetos urbanísticos integrados. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1978.

TORO, Mariana A. R. S. A produção do espaço e suas contradições: possibilidades para a construção de novos caminhos. **Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço**, v. 4, n. 1, 2015.

VASCONCELOS, Pedro de A. **Salvador**: transformações e permanências (1540-1999). Ilhéus: EDITUS, 2002.